UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE

FACULDADE DE DIREITO

LICENCIATURA EM DIREITO

GENY ISMAEL MUSSA

**ANÁLISE DA PERCENTAGEM CONCEDIDA ÀS
COMUNIDADES LOCAIS NA TRIBUTAÇÃO DA
INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS FACE AOS
SEUS IMPACTOS DIRECTOS**

NAMPULA

2024

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE

FACULDADE DE DIREITO

LICENCIATURA EM DIREITO

GENY ISMAEL MUSSA

**ANÁLISE DA PERCENTAGEM CONCEDIDA ÀS
COMUNIDADES LOCAIS NA TRIBUTAÇÃO DA
INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS FACE AOS
SEUS IMPACTOS DIRECTOS**

Monografia a ser apresentada ao Departamento de Licenciatura, na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Direito.

Supervisor: MA. **Olvânio Mutiniua.**

NAMPULA

2024

Declaração de Autenticidade

Eu, *Geny Ismael Mussa*, como estudante desta distinta instituição, declaro que este trabalho espelha o meu esforço de investigação, sob a orientação do meu supervisor. Todo a matéria é fidedigna e todas as fontes consultadas são correctamente citadas no texto e na lista de referências finais. Ademais, certifico que este trabalho não foi submetido a nenhuma outra instituição para obtenção de qualificação académica.

Nampula, aos ____/____/ 2024

Por ser verdade, assino:

(Geny Ismael Mussa)

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE

FACULDADE DE DIREITO

**ANÁLISE DA PERCENTAGEM CONCEDIDA ÀS COMUNIDADES LOCAIS
NA TRIBUTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS FACE AOS SEUS
IMPACTOS DIRECTOS**

Classificação _____ Valores

Estudante: _____

Banca avaliadora:

Presidente: _____

Arguente: _____

Supervisor: _____

NAMPULA

2024

Agradecimentos

Primeiramente, quero expressar minha gratidão a *Allah* pela saúde e vida, e por ter chegado até aqui. *Alhamdulillah*.

Sou imensamente grata aos meus pais, a quem devo a vida, pelos seus ensinamentos, educação e apoio incondicional ao longo de toda a minha jornada. Em inúmeras situações difíceis, eles estiveram ao meu lado, motivando-me e incentivando-me a continuar. Eles sempre acreditaram no meu potencial, encorajando-me a perseverar na fé, no trabalho árduo e na crença em *Allah*. Apesar dos altos e baixos, nos momentos de dificuldade, eles nunca permitiram que eu descesse mais baixo, sempre me impulsionando para cima com palavras de encorajamento e apoio. É por causa deles que lutei para estar onde estou hoje, e espero poder sempre fazê-los orgulhosos da filha que têm.

Agradeço também às minhas irmãs, em especial à minha irmã Ângela, que foi meu apoio durante as preparações das minhas apresentações. Inúmeras vezes recorri a ela, e inúmeras vezes ela se prontificou a me ajudar. A minha irmã Amina também foi uma grande fonte de motivação. E à minha irmãzinha Samira, que tornou meus dias menos turbulentos sempre que precisei.

Não posso deixar de mencionar os meus irmãos Issufo e Micas, que também desempenharam papéis essenciais nesta jornada.

Aos meus amigos e colegas de estudo, carinhosamente chamados de "os intelectuais" Clara, Osvaldo, Regina, Mercedes, Velícia e Amélia, minha gratidão por todo apoio e companheirismo ao longo do caminho.

Meu sincero agradecimento ao meu supervisor, Olvânio Mutiniua, por sua vontade e capacidade demonstradas em ajudar-me com orientações sábias e oportunas, que contribuíram significativamente para a concretização do meu trabalho.

Por fim, quero expressar minha gratidão a todos os outros que, embora não mencionados, contribuíram de forma directa ou indirecta para a minha formação académica. Muito obrigada.

Dedicatória

Dedico esta monografia aos meus pais, o Sr. Ismael Mussa e a Sra. Teresinha Mateus, este feito é graças a eles, não só pelo apoio financeiro, mas também pelo apoio moral e motivacional, muito mais pelo apoio moral.

Epígrafe

"O Governo é para ajudar os pobres, arrecadando tributos com eficiência e justiça fiscal, redistribuindo renda, bancando programas sociais e, sobretudo, prestando serviços públicos de qualidade".

- Luís Roberto Barroso.

Trecho retirado do livro "A Vida, o Direito e Algumas Ideias para o Brasil. Ribeirão Preto: Migalhas, 2016."

Lista de Abreviaturas

A.c- Antes de Cristo;

Al- Alínea;

Art- Artigo;

CIP- Centro de Integridade Pública;

CO- Companhia Operadora;

CRM- Constituição da República de Moçambique;

Ed.- Edição;

Et. Al- e outros;

GN- Gás Nacional;

GNL- Gás Natural Liquefeito;

Ibidem- a mesma obra;

Idem- mesmo autor;

IPP- Imposto sobre a produção de Petróleo;

N^o- Número;

Op. Cit- Obra citada;

Pág- Página;

PG- Petróleo e Gás;

PN- Petróleo Nacional;

Pp- Páginas;

Reimp- Reimpressão;

S/Ed- Sem edição;

SS- Seguintes;

Vol- Volume;

Resumo

A presente monografia tem como tema: análise da percentagem concedida às comunidades locais na tributação da indústria de petróleo e gás face aos seus impactos directos. A alocação de apenas 2,75% dos 10% das receitas para as comunidades locais, conforme estabelecido pelo decreto n.º 40/2023, de 7 de Julho, pode ser considerada insuficiente diante dos impactos negativos desproporcionais que essas comunidades enfrentam. O objectivo geral deste estudo é analisar a distribuição da percentagem concedida às comunidades locais na tributação da indústria de petróleo e gás em Moçambique, avaliando se essa compensa adequadamente o impacto directo sentido por essas comunidades. Os objectivos específicos incluem caracterizar o papel das comunidades locais no contexto da indústria de petróleo e gás e como as políticas tributárias afectam seu envolvimento; abordar o papel das empresas internacionais na indústria de petróleo e gás e sua responsabilidade social; e propor estratégias para uma tributação mais justa e benéfica, visando melhorar a distribuição de recursos e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades locais. A metodologia utilizada nesta pesquisa, baseia-se quatro critérios, nomeadamente: da finalidade ou natureza, da abordagem, dos objectivos e do procedimento. No primeiro critério, a presente pesquisa classifica-se como básica, no segundo como qualitativa, no terceiro como explicativa, e no quarto como basicamente bibliográfica. É essencial lembrar o papel das comunidades locais no contexto da indústria de petróleo e gás. Essas comunidades são as mais afectadas pela exploração desses recursos naturais, enfrentando desafios socioeconómicos, ambientais e culturais significativos. Portanto, compreender suas necessidades, prioridades e aspirações é fundamental para desenvolver políticas tributárias que verdadeiramente atendam às suas demandas. Sugere-se que a Assembleia da República efectue a revisão do artigo 48 da lei 21/2014 revisado pela Lei 16/2022 de modo a aumentar a percentagem dos recursos destinados às comunidades locais afectadas pela Indústria de Petróleo e Gás; que a Assembleia da República crie o regime jurídico das comunidades locais, estabelecendo direitos e deveres; Que o Governo crie um órgão independente para a gestão e a execução das receitas das comunidades locais.

Palavras-chave: Percentagem, Comunidades Locais, Petróleo, Gás, Justiça.

Abstract

The theme of this monograph is analysing the percentage granted to local communities in the taxation of the oil and gas industry in relation to its direct impacts. The allocation of only 2.75% of the 10% of revenues to local communities, as established by Decree No. 40/2023 of 7 July, can be considered insufficient in the face of the disproportionate negative impacts that these communities face. The general objective of this study is to analyse the distribution of the percentage granted to local communities in the taxation of the oil and gas industry in Mozambique, assessing whether this adequately compensates for the direct impact felt by these communities. The specific objectives include characterising the role of local communities in the context of the oil and gas industry and how tax policies affect their involvement; addressing the role of international companies in the oil and gas industry and their social responsibility; and proposing strategies for fairer and more beneficial taxation, aimed at improving the distribution of resources and promoting the sustainable development of local communities. The methodology used in this research is based on four criteria: purpose or nature, approach, objectives and procedure. The first criterion classifies this research as basic, the second as qualitative, the third as explanatory and the fourth as basically bibliographical. It is essential to remember the role of local communities in the context of the oil and gas industry. These communities are the most affected by the exploitation of these natural resources, facing significant socio-economic, environmental and cultural challenges. Therefore, understanding their needs, priorities and aspirations is fundamental to developing tax policies that truly meet their demands. It is suggested that the Assembly of the Republic review article 48 of Law 21/2014 revised by Law 16/2022 in order to increase the percentage of resources allocated to local communities affected by the Oil and Gas Industry; that the Assembly of the Republic create the legal regime for local communities, establishing rights and duties; that the government create an independent body for the management and execution of local community revenues.

Keywords: Percentage, Local Communities, Oil, Gas, Justice.

Índice

Declaração de Autenticidade	iii
Agradecimentos	v
Dedicatória.....	vi
Epígrafe.....	vii
Lista de Abreviaturas	viii
Resumo	ix
Abstract.....	x
Introdução	1
CAPÍTULO I - METODOLOGIA USADA PARA A ANÁLISE DA PERCENTAGEM CONCEDIDA ÀS COMUNIDADES LOCAIS NA TRIBUTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS FACE AOS SEUS IMPACTOS DIRECTOS.....	3
1. Metodologia.....	3
1.1. Método.....	4
1.2. Pesquisa	5
1.3. Tipo de Pesquisa	5
1.4. Quanto a abordagem	5
1.5. Quanto a finalidade.....	6
1.6. Quanto aos procedimentos.....	6
1.7. Quanto ao objectivo	7
1.9. Instrumento de Recolha de Dados	8
1.10. Técnica de discussão de dados.....	8
CAPÍTULO II - REVISÃO LITERÁRIA SOBRE A ANÁLISE DA PERCENTAGEM CONCEDIDA ÀS COMUNIDADES LOCAIS NA TRIBUTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS FACE AOS SEUS IMPACTOS DIRECTOS.....	9
2. Definição de tributo	9
3. A tributação como instrumento da sociedade.....	9
4. Objectivos ou Fins Específicos da Tributação.....	10
4.1. Fins Fiscais	10
4.2. Fins Extrafiscais.....	11
5. Princípios tributários aplicáveis	12
5.1. Princípio da Legalidade Tributária.....	12
5.2. Princípio da Igualdade Tributária.....	12

5.3.	Princípio da razoabilidade tributária.....	13
5.4.	Princípio da Transparência Tributária.....	14
5.5.	Princípio da Segurança Jurídica e Protecção da Confiança.....	15
5.6.	Princípio da não-discriminação.....	15
5.7.	Princípio da equidade tributária.....	15
6.	O contexto histórico do petróleo e gás em moçambique.....	16
7.	Contexto da Indústria do Petróleo e Gás em Moçambique.....	18
8.	A tributação do petróleo e gás.....	19
8.1.	Contextualização.....	19
8.2.	Noção de Tributação do Petróleo.....	20
9.	Imposto.....	21
9.1.	O Imposto sobre a Produção de Petróleo e Gás.....	21
10.	Especificidades da Tributação do Petróleo e do Gás.....	22
11.	Instrumentos da Tributação do Petróleo e Gás.....	23
13.	Breve evolução do direito de petróleo e gás.....	25
14.	Regime Jurídico do Petróleo e Gás Natural Moçambicano.....	26
15.	Regulamentação legal da Indústria Extractiva.....	27
CAPÍTULO 3: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS DA PERCENTAGEM CONCEDIDA ÀS COMUNIDADES LOCAIS NA TRIBUTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS FACE AOS SEUS IMPACTOS DIRECTOS.....		
16.	APRESENTAÇÃO DE DADOS.....	29
17.	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS.....	31
17.1.	As comunidades locais no contexto da Indústria do Petróleo e Gás.....	31
17.2.	Impactos da Exploração na Indústria de Petróleo e Gás para as comunidades locais.....	33
17.3.	O Papel das empresas internacionais na Indústria do Petróleo e Gás em Moçambique e sua responsabilidade social.....	34
17.4.	A Percentagem Concedida às Comunidades Locais.....	36
17.5.	Efectividade das políticas Tributárias.....	38
Conclusão.....		42
Sugestões.....		44
Referencias Bibliográficas.....		45

Introdução

A indústria do petróleo e gás em Moçambique é uma das mais promissoras do continente africano, com vastas reservas descobertas ao longo da costa do país. Essa descoberta despertou o interesse de investidores internacionais e trouxe consigo a esperança de um impulso significativo para a economia Moçambicana. No entanto, o potencial económico desses recursos só pode ser plenamente realizado se a receita gerada pela indústria for distribuída de forma justa e equitativa, beneficiando não apenas o Governo Central, mas também as comunidades locais que muitas vezes são directamente afectadas pelas consequências da exploração desses recursos.

O tema delimita-se ao campo do Direito Público, mais especificamente dentro do âmbito do Direito Tributário e Financeiro. A tributação sobre a indústria do petróleo e gás em Moçambique é um tema de grande relevância pública devido aos seus impactos significativos na economia nacional e no desenvolvimento das comunidades locais.

O objectivo geral deste estudo é analisar a distribuição da percentagem concedida às comunidades locais na tributação da indústria de petróleo e gás em Moçambique, avaliando se esta compensa adequadamente o impacto directo sentido por essas comunidades. Os objectivos específicos incluem caracterizar o papel das comunidades locais no contexto da indústria de petróleo e gás em Moçambique e como as políticas tributárias afectam seu envolvimento; abordar o papel das empresas internacionais na indústria de petróleo e gás em Moçambique e sua responsabilidade social; e propor estratégias para uma tributação mais justa e benéfica, visando melhorar a distribuição de recursos e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades locais em Moçambique.

Actualmente, as políticas tributárias que regem a indústria de petróleo e gás em Moçambique são fundamentais para a arrecadação de receitas pelo Governo. No entanto, há preocupações legítimas sobre como essas receitas são distribuídas e utilizadas, especialmente em relação ao desenvolvimento das comunidades locais. Muitas vezes, essas comunidades enfrentam desafios significativos, como a falta de acesso a serviços básicos, infra-estrutura precária e desigualdades socioeconómicas, enquanto as empresas estrangeiras exploram os recursos em seus territórios. Isso levanta questões sobre a eficácia das políticas tributárias actuais em atender às necessidades

reais dessas comunidades e em garantir que elas se beneficiem do desenvolvimento da indústria de petróleo e gás.

A revisão das políticas tributárias relacionadas à indústria de petróleo e gás em Moçambique deve considerar seriamente essas questões de direitos humanos e buscar garantir que as comunidades locais sejam devidamente protegidas e compensadas pelos impactos adversos da exploração industrial. Em virtude desta, surge a questão de partida que norteia a nossa pesquisa: **"Será que a percentagem concedida às comunidades locais na tributação da Indústria de Petróleo e Gás em Moçambique compensa adequadamente o impacto directo sentido por essas comunidades? E como essa distribuição pode ser ajustada para garantir um equilíbrio mais justo e sustentável entre os benefícios e os desafios enfrentados pelas comunidades locais?"**

No que concerne a metodologia utilizada nesta pesquisa, tiveram-se em conta quatro critérios, nomeadamente: da finalidade ou natureza, da abordagem, dos objectivos e do procedimento. No primeiro critério, a presente pesquisa classifica-se como básica, no segundo como qualitativa, no terceiro como explicativa, e no quarto como basicamente bibliográfica. A presente pesquisa está estruturada em três secções distintas, cada uma focando em aspectos específicos relacionados ao tema em discussão. O primeiro segmento aborda a metodologia adoptada neste estudo, detalhando os procedimentos utilizados para a colecta, análise e interpretação dos dados. Serão fornecidas informações sobre o tipo de pesquisa, a abordagem metodológica adoptada, os instrumentos empregados para a colecta de dados e a estratégia de análise utilizada.

No segundo segmento, será realizada uma revisão da literatura relevante ao tema. Serão examinados os principais conceitos, teorias e debates presentes na literatura especializada sobre isenções fiscais e auxílios concedidos a autoridades políticas. Diferentes perspectivas teóricas e os argumentos apresentados pelos diversos autores serão explorados nesta secção.

Por fim, o terceiro segmento será dedicado à análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa. Os dados colectados serão apresentados e interpretados, relacionando-os aos conceitos discutidos na revisão da literatura e aos objectivos da pesquisa.

CAPÍTULO I - METODOLOGIA USADA PARA A ANÁLISE DA PERCENTAGEM CONCEDIDA ÀS COMUNIDADES LOCAIS NA TRIBUTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS FACE AOS SEUS IMPACTOS DIRECTOS

A metodologia é uma das partes de extrema relevância no que diz respeito à elaboração de um estudo, pois é nesta fase em que são delineadas as bases de acção. Sem esta fase, é impossível a elaboração de um trabalho científico, correndo deste modo o risco de fazer inferências inseguras, obter resultados limitados e até conclusões incoerentes. Neste sentido, importa trazer as linhas de acção do estudo, ilustrando o método de abordagem, procedimento, técnicas de pesquisa, delimitação do universo e tipos de abordagem que serão usados na pesquisa.

1. Metodologia

Inicialmente, é importante salientar que “Metodologia” trata-se de uma palavra derivada de método, do Latim *methodus*, cujo significado é o “caminho ou a via para realizar algo”. Portanto, o método é o processo para alcançar algo ou o conhecimento. Sendo assim, metodologia vai ser o campo de estudo que se baseia em entender os melhores caminhos ou métodos em um determinado estudo para que se chegue a produção do conhecimento para a descrição ou a explicação de determinados fenómenos sociais ou naturais.¹

Metodologia é o campo em que se estuda os melhores métodos praticados em determinada área para a produção do conhecimento. É a ciência que nos ensina a conduzir determinados processos de forma eficaz para alcançar os resultados desejados e tem como objectivo dar-nos a estratégia a seguir no processo.² Então, entenderemos aqui, a Metodologia como sendo uma ciência que visa estudar, avaliar e compreender os diversos métodos para desempenhar uma pesquisa científica. No intuito de uma aplicação assertiva, ela examina, descreve e avalia diversos métodos que te ajudarão com a quantificação, colecta de dados, processamento de informações, para que se chegue à resolução de problemas ou as investigações da pesquisa.³

---

¹ LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 6ª ed., 5ª reimp. Editora Atlas, São Paulo, 2007, pág. 23.

² BERTICELLI, I.A. *Etnometodologia: um estudo introdutório*. s/ed., v. 1. Rev. Editora Pedagógica, Rio de Janeiro, 1998, pág. 34.

³ *Idem*, pág. 35.

Para tanto, a Metodologia é a aplicação de métodos e procedimentos que auxiliarão na observação, na aplicação, na colecta de dados, para que se chegue a um resultado, e/ou a comprovação, podendo ser utilizada em diversas categorias da sociedade. Porém, para se entender a pesquisa, é necessário que compreenda o conceito de ciência, visto que, existe uma infinidade de conceitos na vasta literatura científica.⁴

1.1. Método

O método científico deve ser encarado como algo de suma importância para que se chegue à conclusão da pesquisa, visto que, ele norteará o andamento de seu estudo lhe informando o quê e como deve ser feito. Assim, o método científico apresenta o direcionamento para a conclusão da pesquisa, os resultados. Existem diversos métodos para que se chegue ao resultado final de um estudo e consiga assim, responder o problema que fomenta a pesquisa. Esses métodos são caracterizados pelo objecto e pela intenção do resultado.⁵

Método é o processo para se atingir um determinado fim ou para se chegar ao conhecimento. Constitui a doutrina do método científico e de transformação do mundo. E é também uma reconfiguração sucessiva de procedimentos de investigação que se empregam numa ciência. O método de abordagem utilizado para atingir os objectivos da pesquisa será o método dedutivo. O método de abordagem dedutivo “[...] parte de uma proposição universal ou geral para atingir uma conclusão específica ou particular.”⁶

Nesta senda, utilizaremos o método dedutivo, e este apresenta-se por meio de reflexões que partem das verdades universais para as conclusões particulares. Assim, partem de leis ou teorias gerais para compreender fenómenos particulares. Muito utilizado nos estudos sobre Física, Matemática e Lógica, mas pouco utilizada dentro das Ciências Sociais, apresentando apenas a razão para se chegar ao conhecimento. Para isso, é coerente a utilização do uso do racionalismo, o uso da lógica, da coerência, a aplicação de recursos lógicos-discursivos e a não-contradição em prol da verdade. O raciocínio lógico deve ser bastante utilizado, por meio de

---

⁴ MARTINS, E.C; SANTOS, G.L. *Epistemologia qualitativa, fenomenologia e pesquisa-acção: diálogos possíveis*, v. 9, n. 3, Filosofia e Educação, São Paulo, 2018, pág. 34.

⁵ LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica...*, *Op. Cit.*, pág. 25.

⁶ LEONEL, Vilson; MOTTA, *Alexandre de Medeiros. Ciência e pesquisa*, 3ª ed., UnisulVirtual, Palhoça, 2011. p. 66.

premissas para que se chegue a uma determinada conclusão.⁷

1.2. Pesquisa

Pesquisar, num sentido amplo, é procurar uma informação que não se sabe e que se precisa saber. Consultar livros e revistas, verificar documentos, conversar com pessoas, fazendo perguntas para obter respostas, são formas de pesquisa, considerada como sinónimo de busca, de investigação e indagação. Este sentido amplo de pesquisa, opõe-se ao conceito de pesquisa como tratamento de investigação científica que tem por objectivo comprovar uma hipótese levantada, através do uso de processos científicos.⁸

A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdade parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados através do emprego de métodos científicos.⁹

1.3. Tipo de Pesquisa

O planeamento de uma pesquisa depende tanto do problema a ser estudado, da sua natureza e situação espaço temporal em que se encontra, quanto da natureza e nível de conhecimento do pesquisa. Isso significa que pode haver vários tipos de pesquisa. Cada tipo possui, além do núcleo comum de procedimentos, suas peculiaridades próprias.¹⁰ No desenvolvimento deste estudo, demos preferência aos seguintes tipos de investigação: ao método de abordagem, em relação à finalidade, aos objectivos e aos procedimentos técnicos.

1.4. Quanto a abordagem

Importa referir que a presente pesquisa quanto a forma de abordagem é de carácter qualitativo, na medida em que ocorre a abordagem qualitativa de um problema.¹¹ Esta observa, analisa e interpreta os dados com base numa visão

---

⁷ PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho académico*, 2ª ed., Editora Feevale, Novo Hamburgo, 2013, pág. 54.

⁸ ALMEIDA JÚNIOR, João Baptista de. O estudo como forma de pesquisa. In: CARVALHO, Maria Cecília M (Org.). *Construindo o saber: técnicas de Metodologia Científica*, Editora Papirus, Campinas, 1988, pág. 107-129

⁹ LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica...Op. Cit*, pág. 8.

¹⁰ KÖCHE, José Carlos, *Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa*, 4ª ed., rev. e ampl, Editora Vozes, Petrópolis, 1997, pág. 126.

¹¹ RIBAS, Ruy Tadeu, *Adopção de métodos científicos como componente metodológica*, s/ed., v. 1, Editora JLP, Rio de Janeiro, 2014, pág. 129.

psicossocial, admitindo que exista uma relação entre o sujeito e a realidade (mundo real), ou seja, entre a subjectividade e o mundo objectivo que apenas números não conseguem responder as principais questões. Então, é na análise dos fenómenos sociais e sua interpretação que se fundamenta o método qualitativo, não necessitando de fórmulas matemáticas e estatísticas.¹²

1.5. Quanto a finalidade

Quanto a finalidade, optamos pela pesquisa básica, esta é um tipo de abordagem de pesquisa que visa obter uma melhor compreensão de um tópico, fenómeno ou lei básica da natureza. Esse tipo de pesquisa é focada principalmente no avanço do conhecimento, em vez de resolver um problema específico.

Na pesquisa básica ocorre uma investigação sobre os princípios básicos e as razões para a ocorrência de um determinado evento, processo ou fenómeno. É também chamada de pesquisa teórica. O estudo ou investigação de algum fenómeno natural ou relacionado à ciência é denominado de pesquisa básica. Estas pesquisas às vezes não podem ser aplicadas de forma imediata. Não tem a preocupação de resolver quaisquer problemas práticos de interesse imediato. Mas é de carácter original ou básico. A pesquisa básica fornece uma visão sistemática e profunda de um problema para facilitar a extracção de explicações, conclusões científicas e lógicas, além de ajudar a construir novas fronteiras de conhecimento. Os resultados dessa pesquisa formam a base de muitas pesquisas aplicadas. Os seus objectivos são buscar generalização, visar processos básicos, tentar explicar o porquê as coisas acontecem e tentar obter todos os factos.¹³

1.6. Quanto aos procedimentos

Quanto aos procedimentos técnicos a usamos pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Portanto, usou-se a pesquisa bibliográfica e documental na medida em que foram usados materiais gráficos: manuais, artigos científicos impressos; informatizado: artigos científicos disponibilizados na Internet bem como a legislação pertinente.¹⁴

---

¹² RIBAS, Ruy Tadeu, *Adopção de métodos científicos como componente metodológica...*, *Op. Cit*, pág. 130.

¹³ SITTA, E. I et al. *A contribuição de estudos transversais na área da linguagem com enfoque em afasia*, s/ed., vol. 12, Rev. Editora CEFAC, São Paulo, 2010, pág. 32.

¹⁴ LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica...*, *Op. Cit*, pág. 13.

Em princípio, toda pesquisa tem um carácter bibliográfico em algum momento de sua concepção, mas existem trabalhos em que os dados provêm apenas ou prioritariamente das referências teóricas. Muitas vezes a bibliografia da área temática apresenta divergências ou análises realizadas em diferentes perspectivas. Nestes casos, justifica-se recorrer à literatura e apontar os consensos e as divergências sobre um determinado fenómeno.

A pesquisa bibliográfica é um trabalho de natureza exploratória, que propicia bases teóricas ao pesquisador para auxiliar no exercício reflexivo e crítico sobre o tema em estudo. Em primeiro momento é bastante útil para aguçar a curiosidade do pesquisador e despertar inquietações sobre o tema a ser estudado. Serve para ambientar o pesquisador com o conjunto de conhecimento sobre o tema. É a base teórica para o estudo, devendo, por isso, constituir leitura selectiva, analítica e interpretativa de livros, artigos, reportagens, textos da Internet, filmes, imagens e sons. O pesquisador deve buscar ideias relevantes ao estudo, com registro fidedigno das fontes.¹⁵

1.7. Quanto ao objectivo

Quanto aos objectivos, a pesquisa é de natureza explicativa. O principal objectivo é explicar e racionalizar o objecto de estudo e tentar construir um conhecimento totalmente novo. Refere-se que o método que parte do geral e desce para o particular, ou seja, parte dos princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita a conclusões de mecanismos puramente formal, isto é, em virtude unicamente da sua lógica.¹⁶ Com este tipo de pesquisa pretendemos partir de uma análise geral sobre a problemática em estudo para uma discussão particular, ou seja, partimos de um plano geral para chegar-se a uma conclusão específica e particular.¹⁷ A ideia central é trazer um raciocínio partindo dos objectivos do estudo alinhados ao objecto do presente estudo e construir conhecimentos, a partir dos já existentes, no intuito de melhorar os conhecimentos do recurso de revisão e seus fundamentos.

---

¹⁵ GIL, António C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*, Editora Atlas, São Paulo, 1991, pág. 78.

¹⁶ MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria, *Metodologia do Trabalho Científico*, 7ª edição, Revista e Ampliada, Editora atlas, São Paulo, 2010, p. 43.

¹⁷ GIL, António Carlos, *Métodos e técnicas de pesquisa social...Op. Cit*, pág. 79.

1.8. Técnica de Recolha de Dados

As técnicas de colecta de dados são métodos e procedimentos utilizados para obter informações relevantes e necessárias para uma determinada finalidade. É possível utilizar essas técnicas em várias áreas, como pesquisa científica, análise de mercado, planeamento estratégico, entre outros. Nesse sentido, existem diversas técnicas de colecta de dados disponíveis. Dessa forma, a escolha da melhor opção depende do objectivo da colecta, dos recursos disponíveis, do tipo de informação desejada e das características da população ou amostra a ser estudada.¹⁸

Para o nosso estudo adoptamos como técnica de recolha de dados a análise de documentos. Esse método envolve a análise de documentos, como diários, relatórios, cartas, fotos, vídeos, entre outros, que são relevantes para a pesquisa. Os pesquisadores examinam e interpretam os materiais para extrair informações significativas.

1.9. Instrumento de Recolha de Dados

Decidimos empregar o levantamento bibliográfico como nossa principal estratégia de colecta de dados, uma abordagem que nos permitiu investigar detalhadamente as questões relacionadas ao problema em estudo. Com essa metodologia, conduzimos uma análise profunda, explorando as várias fontes de informação disponíveis, incluindo livros, artigos, periódicos e outras publicações pertinentes.

1.10. Técnica de discussão de dados

O conteúdo foi analisado na base de várias obras publicadas e a legislação pertinente, análise de conteúdo e categorização dos aspectos que constituem o problema consoante os objectivos geral e específicos.¹⁹ Por outro lado, utilizou-se a técnica da triangulação, a opção se deve pelo facto, de apresentar maior facilidade ao pesquisador uma vez que permite através dos vários resultados obtidos na análise de dados, discutir os mesmos com base nas abordagens da fundamentação teórica, trazendo deste modo, a posição do pesquisador.²⁰

---

¹⁸ QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, S., *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Editora Gradiva, Lisboa, 2008, pág. 112.

¹⁹ *Idem*, pág. 112.

²⁰ *Idem*, pág. 178.

CAPÍTULO II - REVISÃO LITERÁRIA SOBRE A ANÁLISE DA PERCENTAGEM CONCEDIDA ÀS COMUNIDADES LOCAIS NA TRIBUTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS FACE AOS SEUS IMPACTOS DIRECTOS

2. Definição de tributo

Cuida-se de prestação em dinheiro exigida compulsoriamente, pelos entes políticos ou por outras pessoas jurídicas de direito público, de pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem promessa de devolução, forte na ocorrência de situação estabelecida por lei que revele sua capacidade contributiva ou que se consubstancie em actividade estatal que lhe diga respeito directamente, com vista à obtenção de recursos para o financiamento geral do Estado, para o financiamento de fins específicos realizados e promovidos pelo próprio Estado ou por terceiros no interesse público ou, ainda, para o custeio de actividades estatais directamente relacionadas ao contribuinte.²¹

3. A tributação como instrumento da sociedade

Para entender a função social do tributo se faz mister assimilar a própria função do Estado. Assim o “Estado é, portanto, produto da direcção unitária que as pessoas que o compõem dão às suas vidas, é igualmente um ente natural, síntese das vontades de tais pessoas e daí provêm a vontade estatal. Sendo o Estado uma síntese” Em consequência, “da potência dos particulares, daí advém o poder que o mesmo detém para impor sua vontade e fazer valer suas decisões, a fim de reger a vida e coexistência destas mesmas pessoas, operando em benefício delas.” Deste modo, “o Estado sempre está direccionado ao bem comum”.²²

Assim, ao relatar-se que a tributação serve apenas e tão-somente para financiar a máquina estatal é uma conclusão simplista, que desrespeita o real papel deste instituto nas sociedades ao longo do tempo.” Sendo que “reconhecemos sua função na sociedade brasileira, principalmente quando observamos a gama de problemas sociais existentes.

A tributação tem duas funções principais. (1) Ela determina que proporção de recursos da sociedade que vai estar sob controlo do governo para ser gasta

---

²¹ PAULSEN, Leandro, *Curso de Direito Tributário Completo*, 6ª Edição, rev. atual, Editora Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2014, pág. 28.

²² GONÇALVES, Francysco Pablo Feitosa, *a função social do tributo: a necessidade de uma abordagem sociológica da tributação*, s/ed., Editora LTR, São Paulo, 2014, pág. 78.

de acordo com algum procedimento decisão colectiva e que proporção será deixada, na qualidade de propriedade pessoal, sob o arbítrio de indivíduos particulares. Essa é a repartição ente público e privado. (2) Ela é um dos principais factores que determinam de que modo o produto social é dividido entre os diversos indivíduos, tanto sob a forma de propriedade privada, sob quanto a forma de benefícios fornecidos pela acção pública. Essa é a distribuição.²³

Neste sentido, “embora a tributação não seja a única fonte de receita do Estado, pode-se afirmar que é a principal, de forma que mais da metade dos recursos estatais decorrem dos tributos arrecadados”. Sendo que estes “recursos devem ser utilizados para a manutenção do Estado e o fornecimento dos direitos sociais assegurados aos cidadãos, tais como segurança, saúde, educação, lazer, dentre outros”. A razão “para a cobrança de tributos e a legitimação encontra-se exactamente no meio que viabiliza o fornecimento de subsídios para que o ente público disponibilize para as pessoas uma vida digna e com qualidade”.²⁴

Assim, a tributação não pode ser considerada como simples instrumento de arrecadação do Estado, com base no seu poder soberano, mas antes sim,” como uma actividade exercida de modo a colaborar para o financiamento e a promoção dos direitos fundamentais, representando verdadeiro poder-dever do Estado Democrático de Direito”.²⁵

4. Objectivos ou Fins Específicos da Tributação

4.1. Fins Fiscais

De acordo com este objectivo os impostos visam a obtenção de receitas para financiamento de despesas públicas, isto é, satisfação das necessidades financeiras do Estado. O principal objectivo da cobrança de impostos é a obtenção de receitas necessárias ao financiamento das despesas do sector público. Desta forma, a imposição fiscal representa uma transferência de recursos dos contribuintes, individuais e colectivos, para o Estado.²⁶ Aspecto suportado pela Constituição.²⁷

---

²³ NETO, João Salvador dos Reis. *a tributação e a teoria de justiça de john rawls: planeamento tributário e justiça social*, s/ed., Editora Rosa, Rio de Janeiro, 2016, pág. 8.

²⁴ *Idem*, pág. 8.

²⁵ *Idem*, pág. 9.

²⁶ LOPES, Cidália Maria da Mota, *Quanto custa pagar Impostos em Portugal?* Editora Almedina, Coimbra, 2008, pág. 25.

4.2. Fins Extrafiscais

Os impostos visam a repartição justa da riqueza e dos rendimentos, a diminuição das desigualdades, tendo em conta as necessidades e rendimentos do agregado social, operando-se assim uma verdadeira redistribuição de riqueza. A extrafiscalidade traduz-se no conjunto de normas que, embora formalmente integrem o direito fiscal, tem por finalidade principal ou dominante a consecução de determinados resultados económicos ou sociais através da utilização do instrumento fiscal e não a obtenção de receitas para fazer frente face às despesas públicas.²⁸

Além da relevante importância no financiamento das despesas públicas, os impostos são igualmente importantes na prossecução de outras finalidades, denominadas extrafiscais, que têm por consequência a redistribuição de riquezas, a estabilização macroeconómica e a influência na afectação de recursos. Visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e de outras entidades públicas e promove justiça social, a igualdade de oportunidades e a necessária redistribuição da riqueza e do rendimento.⁵⁶

Para Meirelles a extrafiscalidade é a utilização do tributo como meio de fomento ou de desestímulo a actividade reputadas convenientes à comunidade. Verifica-se que a extrafiscalidade está alijada à função primordial dos tributos, qual seja, abastecimento dos cofres públicos. Entretanto, constitui instrumento, no âmbito do poder estatal, para a prossecução dos objectivos económico-sociais do Estado, seja por meio da regulação estatal, seja por meio do fomento de actividades.²⁹

A função extrafiscal possui limites definidos pela Constituição e pela lei. O princípio da legalidade é que legitima toda a actuação estatal no campo do direito. No Direito Tributário, em específico, esse princípio ganha contornos estritos, pois, “somente poderá instituir tributos, isto é, descrever a regra-matriz de incidência, ou

---

²⁷ REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, *Constituição da República de Moçambique*, in Boletim da República I SÉRIE nº 51, de 22 de Dezembro de 2004, Actualizada pela Lei nº 1/2018, de 12 de Junho, art. 127 n. 1, primeira parte.

²⁸ NABAIS, José Casalta, *o dever fundamental de pagar impostos*, s/ed., Editora Almedina, Coimbra, 2004, p. 629.

²⁹ MEIRELLES, Hely Lopes, *Finanças Municipais*, s/ed., Revista dos Tribunais, São Paulo, 1979, pág. 54.

umentar os existentes, majorando a base de cálculo ou a alíquota, mediante a expedição de lei”.³⁰ Este fim ou objectivo também é suportado pela Constituição.³¹

5. Princípios tributários aplicáveis

5.1. Princípio da Legalidade Tributária

Este princípio assenta no postulado de que os elementos fundamentais dos impostos devem ser definidos por Lei emanada por uma assembleia representativa dos cidadãos, como ato legislativo primário e mais adequado para fixar o regime de matérias de superlativa importância.³² O princípio da legalidade tributária assenta no princípio do consentimento democrático-representativo em matéria tributária. Pode dizer-se que se está aqui perante um subprincípio do princípio democrático, através do qual se pretende aproximar o direito fiscal do povo. Assim como cabe ao conjunto dos cidadãos livres e iguais definir os termos do contrato social, no plano político-constitucional, cabe aos seus representantes deliberar publicamente sobre os respectivos custos e o modo como se fará a sua repartição.³³ Os impostos são criados ou alterados por lei, que os fixa segundo critérios de justiça social.³⁴

5.2. Princípio da Igualdade Tributária

De acordo com este pensamento, todos os indivíduos estavam obrigados a pagar impostos, repudiando-se a concessão de quaisquer privilégios que não fossem motivadas por razões de justiça social.³⁵ Com efeito, este princípio deve ser o instrumento de eliminação das desigualdades, o que só se consegue se a igualdade tributária não for considerada numa perspectiva estática, absoluta e formal tratando todos de forma igual. Assim, somente encarando a igualdade como um valor relativo vertido na fórmula “dar tratamento igual às situações iguais e dar tratamento desigual às situações desiguais”, é que esta se revela mais equitativa, desde que as diferenças de

---

³⁰ CARVALHO, Paulo de Barros, *Curso de Direito Tributário*, 22ª ed., Editora Saraiva, 2010, pág. 206.

³¹ REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, *Constituição da República de Moçambique*, in Boletim da República I SÉRIE nº 51, de 22 de Dezembro de 2004, Actualizada pela Lei nº 1/2018, de 12 de Junho, art. 127 n. 1, segunda parte.

³² CARRAZZA, Roque António, *Curso de Direito Constitucional Tributário*, 16ª ed., Editora Malheiros, São Paulo, 2014, pág. 219.

³³ MACHADO, Jónatas E. M. e COSTA, Paulo Nogueira, *Curso de Direito Tributário*, 2ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2012, pág. 59.

³⁴ REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, *Constituição da República de Moçambique*, in Boletim da República I SÉRIE nº 51, de 22 de Dezembro de 2004, Actualizada pela Lei nº 1/2018, de 12 de Junho, art. 100.

³⁵ FAVEIRO, António Duarte, *Noções Fundamentais de Direito Fiscal Português – Introdução ao Estudo da Realidade Tributária, Teoria Geral do Direito Fiscal*, Vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 1984, pág. 80.

tratamento não configurem privilégios arbitrários, sem uma motivação séria e legítima e carecida de um fundamento razoável.³⁶

5.3.Princípio da razoabilidade tributária

Razoabilidade é a qualidade do que é razoável, ou seja, aquilo que se situa dentro de limites aceitáveis ainda que os juízos de valor que provocam a conduta possam dispor-se de forma um pouco diversa. Ora, o que é totalmente razoável para uns pode não ser o ser para outros.³⁷ Com base no princípio da razoabilidade tem-se feito o controlo de legitimidade das desequiparações entre pessoas, de vantagens concedidas a servidores públicos, caso em que este princípio é utilizado como um parâmetro de justiça e assume uma dimensão material, mas comumente este princípio desempenha papel instrumental na interpretação de outras normas. Assim, o princípio da razoabilidade faz parte do processo intelectual lógico de aplicação de outras normas e de outros princípios e regras, é meio de aferição do cumprimento ou não de outras normas.³⁸

O princípio da razoabilidade, de inspiração americana, ancorado no *due process of law*, tem grande relevância na temática da interpretação e da aplicação do direito financeiro. Mas transcende esse aspecto hermenêutico para se situar no plano abstracto de uma lógica do razoável. A razoabilidade perpassa todos os princípios constitucionais vinculados à liberdade, à justiça e à segurança jurídicas.³⁹ A razoabilidade imanta os princípios da capacidade contributiva, custo/benefício e solidariedade, bem como as imunidades e as proibições de desigualdade. Influi na elaboração do orçamento, ao governar as escolhas trágicas e as opções pela alocação de verbas. Informa a própria legitimidade orçamentária, que deve resultar do equilíbrio razoável entre legalidade e economicidade.⁴⁰

Em síntese, o que se sustenta é que a razoabilidade permite que haja uma valorização jurídica de justiça, tendo em vista que, quando a Constituição do país impõe

---

³⁶ GARCIA, Maria Glória, *Estudos sobre o Princípio da Igualdade*, s/ed., Editora Almedina, Coimbra, 2005, pág. 11.

³⁷ FILHO, José dos Santos Carvalho apud Luiz Carlos Branco, *Equidade Proporcionalidade e Razoabilidade*, RCS Editora, São Paulo, 2006, pág. 145.

³⁸ HARADA, Kiyoshi, *Direito Financeiro e Tributário*, Editora Atlas, São Paulo, 2007, pág. 35.

³⁹ TORRES, Ricardo Lobo, *Curso de Direito Tributário e Financeiro*, 20ª ed., rev. atual., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2003, pág. 113.

⁴⁰ *Idem*, pág.114.

aos corpos legislativos o dever de editar leis razoáveis, os obriga a baixarem leis justas, em prol da finalidade pública.

O poder de tributar é uma das principais competências da administração pública e tem grande relevância para o funcionamento do Estado e para a manutenção dos serviços públicos.⁴¹ Isso significa que o Estado tem o poder de instituir tributos e que esses tributos devem ser pagos pelos indivíduos sob sua jurisdição de forma coercitiva. O princípio da razoabilidade, que é um dos princípios fundamentais do Direito, tem por objectivo garantir que as acções do Estado sejam razoáveis, proporcionais e adequadas aos fins que se propõem. Esse princípio é especialmente relevante no âmbito tributário, já que os tributos podem afectar significativamente a liberdade e a propriedade dos indivíduos. O abuso do poder de tributar, por sua vez, ocorre quando o Estado utiliza os tributos como meio para atingir fins que não têm relação com a finalidade da tributação, ou quando a tributação é excessiva, irrazoável ou desproporcional em relação aos objectivos pretendidos. Em outras palavras, o abuso do poder de tributar pode ocorrer quando o Estado ultrapassa os limites da razoabilidade na aplicação dos tributos.⁴²

O princípio da razoabilidade tem por finalidade limitar a liberdade do agente ou pautar-lhe a direcção a ser seguida. O poder discricionário conferido pelo legislador ao administrador público pode levar a comportamento antijurídico ou viciado juridicamente. Assim, a razoabilidade aparece como elemento norteador da Administração, orientando o seu agente à conduta que melhor atenda à finalidade da lei e aos interesses públicos de acordo com a conveniência e a oportunidade, núcleo do acto. O comportamento administrativo, em desacordo com a razoabilidade, conduz, inexoravelmente, ao vício do acto decorrente.⁴³

5.4. Princípio da Transparência Tributária

Trata-se de um princípio que, neste contexto, visa assegurar que os benefícios fiscais são cognoscíveis e sindicáveis quer pelos seus destinatários, quer pelos interessados na sua atribuição, que mais não são do que toda a comunidade, dado

---

⁴¹ SABBAG, Eduardo, *Direito Tributário Essencial*, 7ª ed., Editora Forense, São Paulo, 2020, pág. 68.

⁴² FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio, *A ciência do direito*, 2ª ed., Editora Atlas, São Paulo, 1980, pág. 123.

⁴³ FARIA, Edimur Ferreira de, *Curso de direito administrativo positivo*, 5ª ed., Editora Del Rey, Belo Horizonte. 2004, pág. 39.

que, genericamente, todos contribuem financeiramente para a sua atribuição. Por esse motivo, existem neste âmbito dois deveres para as entidades públicas: o de publicidade, de acordo com o qual os actos de aprovação legal e de atribuição específica de benefícios fiscais devem ser públicos, sem prejuízo dos deveres de segredo aplicáveis, e o de informação, que estabelece a obrigatoriedade de quantificar os valores em causa na concessão dos benefícios.⁴⁴

5.5. Princípio da Segurança Jurídica e Protecção da Confiança

Este princípio visa salvaguardar expectativas legitimamente fundadas e afastar do ordenamento jurídico as normas que afectem de forma inadmissível e arbitrária os direitos dos cidadãos. Em outras palavras, as normas que estabelecem obrigações tributárias não podem lesar as legítimas expectativas dos destinatários ao instituir alterações que estes não poderiam razoavelmente prever.⁴⁵

5.6. Princípio da não-discriminação

Pode dizer-se que o princípio da não discriminação atende à necessidade de conferir tratamento igual do que é igual e diferente daquilo que é diferente, na medida dessa diferença.⁴⁶ O princípio da não discriminação funda-se na ideia de igualdade, e requer a identificação de critérios e justificativas em que a discriminação não deve ser permitida. Por outro lado, a constatação de situações e condições díspares pode justificar um tratamento diferenciado, o que não contraria o princípio da não discriminação. Pelo contrário, o realiza. A não discriminação funda-se também na ideia de equidade, já que o tratamento discriminatório fere as noções mais básicas de justiça. Não é exagero afirmar que a própria criação das normas jurídicas é motivada em parte pela demanda de se erradicar discriminações arbitrárias, dado que o carácter geral e abstracto da norma tem o potencial de fomentar um tratamento igualitário e equânime.⁴⁷

5.7. Princípio da equidade tributária

O princípio da equidade visa uma distribuição equitativa do rendimento através de uma tributação progressiva do rendimento. Os contribuintes com níveis mais

---

⁴⁴ PAULSEN, Leandro, *Curso de Direito Tributário completo...*, *Op. Cit.*, pág. 43.

⁴⁵ *Idem*, pág. 44.

⁴⁶ CATARINO, João Ricardo, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, 2.^a edição, Editora Almedina, Coimbra, 2014, pág. 34.

⁴⁷ *Idem*, pág. 35.

elevados de rendimento ficam sujeitos a taxas mais elevadas de imposto, graduadas em função do montante de rendimento obtido.⁴⁸

A despeito das variações interpretativas da abordagem da capacidade contributiva, um ponto em comum a todas elas seria a distinção entre dois tipos de equidade: equidade vertical: são as exigências de justiça quanto ao tratamento tributário de pessoas com níveis diversos de renda; equidade horizontal: são as exigências de justiça quanto ao tratamento de pessoas com rendas iguais.⁴⁹

6. O contexto histórico do petróleo e gás em moçambique

A pesquisa de hidrocarbonetos em Moçambique data dos primórdios dos anos 1900 com a descoberta de bacias sedimentares bastante espessas na parte continental de Moçambique. A partir do ano 1948 diversas empresas estrangeiras iniciaram trabalhos de pesquisa de hidrocarbonetos com maior incidência nas áreas “onshore”. Como resultado desta pesquisa, foi a descoberta do campo de Gás de Pande em 1961, seguido pelas descobertas de Búzi (1962) e a descoberta do campo de Temane (1967). Devido à instabilidade política que o país atravessou após a sua independência observou-se uma redução das actividades de pesquisa até os princípios da década 90.⁵⁰

Devido a factores como instabilidade política e falta de mercado, a extracção do gás descoberto na década de 1970 não foi possível, como esperado. Essas reivindicações ressurgiriam na década de 1980, quando a Lei do Petróleo (Lei 3/81) foi aprovada e criou a *National Hydrocarbon Corporation* (ENH). Ao longo dos próximos anos, um extenso trabalho foi realizado para delinear e avaliar o campo de Pande, incluindo trabalho sísmico e perfuração. Ainda na década de 1980, Esso, Shell, Amoco e BP (*British Petroleum*) estavam activamente engajadas na pesquisa de petróleo em Moçambique, perfurando poços offshore na Bacia do Rovuma perto de Mocímboa da Praia e Xai-Xai.⁵¹

---

⁴⁸ TEIXEIRA, Glória, *Manual de Direito Fiscal...*, Ob. Cit, pág. 57.

⁴⁹ COELHO, Sasha Calmon Navarro, *Curso de direito tributário brasileiro*, 16ª edição, Forense, Rio de Janeiro, 2018, pág. 45.

⁵⁰ VÍTOR, Manuel Santos; ROCHA, Ana Oliveira, *Petróleo e Gás em Moçambique: Upstream e Midstream*, s/ed., MGA e PLMJ, Lisboa, 2010, pág. 1.

⁵¹ CIP, *Alguns Desafios na Indústria Extractiva em Moçambique*, s/ed, Centro de Integridade Pública, Maputo, 2008, pág. 08. Acesso em 24 de Abril de 2024, Disponível em: https://www.iese.ac.mz/lib/saber/ind_1.pdf

Estas descobertas foram declaradas como não comerciais, vários projectos tendo sido estudados, até ao ano de 2000 em que a conhecida empresa Sul Africana Sasol assumiu um compromisso por 25 anos de comprar 120 milhões de GJ1/a de gás natural para consumo próprio e comercialização na África do Sul. Este compromisso permitiu viabilizar o projecto de produção de gás natural a partir dos jazigos de Pande (2008) e Temane (2004) e a construção de um gasoduto de 865 km entre Temane - na Província de Inhambane - e Secunda, na África do Sul, que permitiu ao país tornar-se o maior produtor e exportador de gás natural da África Austral.⁵²

A Sasol se encontra intimamente satisfeita com a sua relação com o governo moçambicano. As principais operações da SASOL em Moçambique situam-se em Pande e Temane, resultado de um conjunto de acordos entre o governo, a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e suas subsidiárias e a SASOL Lda e suas subsidiárias. Estes são os seguintes acordos: Acordo de Produção de Petróleo, Acordo de Gasoduto (assinado com o Governo), Acordo de Operação Conjunta, Acordo de Venda de Gás e Acordo de Transporte de Gás (Acordo Comercial assinado entre a Afiliada Sasol e a ENH).⁵³

Um terceiro concurso público para concessões regionais foi lançado em 2007 e um quarto concurso público foi realizado em 2009. A Sasol estabeleceu uma ligação entre os campos de Pande e Timane. De 2010 a 2012, foram feitas novas descobertas de petróleo e gás na Bacia do Rovuma. Nesse sentido, foi lançado em 2014 o quinto concurso público para concessões regionais. Além disso, foram aprovados o novo Plano Director de Petróleo e Gás, Decreto n.º 2/2014, Lei de Autorização Legislativa n.º 25/2014 e Lei n.º 27/2014 sobre regimes fiscais específicos e incentivos fiscais. As próximas duas tabelas mostrarão as concessões de gás de Moçambique nas bacias de Moçambique e Rovuma..⁵⁴

O valor das reservas de gás natural actualmente provadas em Pande e Temane são, de acordo com os dados fornecidos na Estratégia para o Desenvolvimento

---

⁵² VÍTOR, Manuel Santos; ROCHA, Ana Oliveira, *Petróleo e Gás em Moçambique: Upstream e Midstream*, s/ed., MGA e PLMJ, Lisboa, 2010, pág. 1.

⁵³ CIP, *Alguns Desafios na Indústria Extractiva em Moçambique*, s/ed, Centro de Integridade Pública...
Op. Cit, pág. 9.

⁵⁴ MUCANZE, Nelson Alberto, *investimento direto estrangeiro em moçambique: aspectos positivos e negativos*, Universidade Estadual Paulista, Dissertação de Mestrado em Economia, São Paulo, 2016, pág. 53. Acesso: 15 de Maio de 2024, Disponível em: <https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/economia/4023.pdf>

do Mercado do Gás Natural em Moçambique publicada em 2 de Novembro 2009, de 3,59 TCF2 e as reservas prováveis de 4,63 TCF (nos mesmos jazigos). Outras descobertas com reservas prováveis ocorreram, entretanto, nos jazigos de Buzi e Inhassoro, e nas áreas dos jazigos de Pande e Temane; as descobertas realizadas nos blocos offshore, n.ºs 16 e 19, localizados a nordeste da baía de Bazaruto, estão ainda a ser avaliadas. A Estratégia para a Concessão de Áreas para as Operações Petrolíferas, publicada em 8 de Junho de 2009, refere que as bacias sedimentares nacionais oferecem áreas com forte potencial para a ocorrência de petróleo. A bacia de Moçambique, com 300.000 km², possui uma densidade de cerca de 1 furo por 8.000 km² em terra, e de 1 furo por 17.000 km² no mar, enquanto que a de Rovuma, com 60.000 km² possui uma densidade de 1 furo por 17.000 km² em terra e nenhum furo no mar.⁵⁵

As descobertas de matérias-primas em Moçambique constituem um grande potencial. Diariamente aparecem notícias nos média Moçambicanos sobre novas descobertas de gás natural na costa da província mais setentrional do país, Cabo Delgado. Segundo o presidente do Instituto Nacional de Petróleo, Arsénio Mabote, Moçambique possui mais de 2,8 biliões de metros cúbicos de reservas de gás natural. Com isso, de acordo com dados oficiais, o país estaria em 14º lugar entre os países mais ricos do mundo em gás natural.⁵⁶

7. Contexto da Indústria do Petróleo e Gás em Moçambique

A descoberta de petróleo e gás em Moçambique marca um ponto crucial na história económica e energética do país e da região da África Austral. Desde as primeiras descobertas comerciais em 2010, na Bacia do Rovuma, ao largo da costa norte, Moçambique emergiu como um novo protagonista no sector energético global. Essas descobertas representam um potencial significativo para impulsionar o desenvolvimento económico.

A indústria moçambicana de petróleo e gás encontra-se num momento singular da sua história. Com a exploração de diferentes reservas, o país prepara-se para um grande salto na produção de petróleo e gás. As recentes descobertas de Hidrocarbonetos, colocaram Moçambique entre os 13 países com as maiores reservas de Gás Natural do mundo, o que levou o país a ser um dos mais novos países produtores de

---

⁵⁵ VÍTOR, Manuel Santos; ROCHA, Ana Oliveira, *Petróleo e Gás em Moçambique: Upstream e Midstream*, s/ed., MGA e PLMJ, Lisboa, 2010, pág. 1.

⁵⁶ *Idem*, pág. 2.

hidrocarbonetos. Foram descobertos cerca de 128 Bilhões de pés cúbicos de Gás Natural, o que torna Moçambique na 3ª Maior Reserva do Continente Africano.

A exploração e produção de petróleo e gás tem atraído investimentos estrangeiros substanciais, criado empregos locais, gerado receitas fiscais e estimulado o crescimento de outros sectores da economia. O elevado potencial de Moçambique encontra-se, assim, por explorar, sendo uma das bases da estratégia do sector energético do país o incitamento ao investimento em projectos de reconhecimento, pesquisa e produção de hidrocarbonetos, ajudando a sustentar o decréscimo da pobreza nacional nomeadamente através da criação de infra-estruturas para o fornecimento de energia a centros populacionais, procurando também o desenvolvimento da indústria de refinação no país, evitando a elevada importação de combustíveis, com efeitos negativos na balança económica nacional, que se tem verificado. Esta actuação procura a diversificação da matriz energética e a implementação de muitas outras medidas estratégicas, que assistirão ao cumprimento dos objectivos da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), da qual o país é parte.

O Estado Moçambicano promove uma corrida aos seus recursos naturais impondo, no entanto, uma sustentabilidade através de contribuições dos investidores e agentes de mercado dos vários sectores económicos, do turismo, às infra-estruturas, passando pelas componentes energéticas utilizadas na indústria, atribuindo para o efeito, direitos de preferência a pessoas colectivas nacionais e associações de pessoas colectivas estrangeiras com aquelas.

8. A tributação do petróleo e gás

8.1. Contextualização

As sociedades do mundo concedem vários poderes aos Estados, entre os quais o poder de tributar. Moçambique não foge à regra, pois a tributação está inserida no núcleo do contrato social estabelecido entre o Estado e a população. Refira-se que o poder de tributar está no Estado. A finalidade primária da tributação é o financiamento do Estado, pois sem recursos financeiros o Estado não pode exercer as suas atribuições mínimas, estabelecendo uma relação entre governantes e governados.⁵⁷

A escolha da expressão tributação afigura-se mais adequada para revelar a realidade das imposições incidentes sobre o petróleo e do gás. Importa destacar que a

---

⁵⁷ MACHADO, Hugo de Brito, *Curso de Direito Tributário*, 27ª ed., Editora Malheiros, São Paulo, 2006, pág. 67.

tributação do petróleo e do gás se dispõe como uma tributação diferenciada, que não se compara com as outras espécies de tributação de rendimento, possui especialidades de regime, resumindo, segundo os autores, não se trata de uma tributação pura. O que se percebe é que a tributação do petróleo tem a ver com a compensação da exploração de petróleo.⁵⁸

Para isto, definimos primeiro tributos como as receitas coactivas do Estado e demais entes públicos ou titulares de poder tributário, ou seja, receitas que têm por fonte a lei. Dá-nos uma ideia mais precisa do tipo de imposições que incidem sobre a actividade petrolífera. Sendo a tributação do petróleo algo que vem estatuído na lei, percebe-se a *priori* que o seu cumprimento vincula os sujeitos (activos e passivos) que intervêm na exploração destes recursos, a cumprirem de forma rigorosa com as suas obrigações tributárias, tendo em consideração o contrato celebrado entre o Estado e as empresas concessionadas.⁵⁹

8.2. Noção de Tributação do Petróleo

Estamos perante uma tributação em sentido amplo, quando abarca tendencialmente a totalidade dos encargos impostos pelo Estado às empresas petrolíferas. A tributação do petróleo vai aqui reportada a todos encargos que, incidindo sobre as *oilcompanies*, sejam estas empresas nacionais ou internacionais, tenham por base quer a lei, quer o contrato. Encargos que, independentemente da específica configuração que apresentem, traduzem a remuneração do Estado (ou outros entes públicos territoriais) pela extracção do petróleo, que na terminologia internacional vem sendo designada por *government take*, a qual, é de sublinhar, tem por base, tanto o exercício da soberania fiscal, como a titularidade dos direitos (de natureza real ou outra) sobre os recursos minerais dos Estados. Uma remuneração que, atenta a crescente preocupação dos Estados no acesso à renda económica proporcionada pela produção de petróleo, tem conduzido a uma grande diversificação do chamado “arsenal fiscal” ou “pacote fiscal”, visando arrecadar o máximo de receitas públicas. O que tem expressão, tanto na diversidade de títulos de que os Estados se socorrem para obter e potenciar essa remuneração, como na multiplicidade

---

⁵⁸ SEIXAS, Luiz Felipe Monteiro, *Regulação económica no mercado de capitais e na indústria do petróleo e gás natural*, s/ed., Editora Edufersa, Mossoró, 2021, pág. 56.

⁵⁹ COELHO, Francisco Pereira; et al, *Manual do Direito de Petróleo*, s/ed., Faculdade de Direito de Coimbra-Instituto Jurídico, Coimbra, pág. 228.

dos instrumentos, fiscais e não fiscais, deque vêm lançando mão na prossecução desse objectivo.⁶⁰ Neste contexto, revelou-se a maior importância esclarecer que é a escassez dos recursos naturais explorados que gera a correspondente *renda económica*, sendo pois esta o objecto da tributação visado pelos Estados produtores através das diversas e, por vezes complexas, formas e instrumentos tributários. Por isso, impõe-se uma palavra sobre o sentido de uma tal categoria.⁶¹

9. Imposto

Além da relevante importância no financiamento das despesas públicas, os impostos são igualmente importantes na prossecução de outras finalidades, denominadas extrafiscais, que têm por consequência a redistribuição de riquezas, a estabilização macroeconómica e a influência na afectação de recursos. Pode ser considerado um instrumento de intervenção económica, que visa desenvolver economicamente determinada região ou certo sector de actividade.⁶² O Imposto é uma prestação coactiva, pecuniária, definitiva, unilateral ou então não sinalagmática, estabelecida por lei, sem carácter sancionatório, a favor do estado, para a realização de fins públicos.⁶³

9.1. O Imposto sobre a Produção de Petróleo e Gás

O imposto sobre a produção de petróleo e gás é uma ferramenta tributária fundamental em muitos países, que visa gerar receitas significativas para o governo a partir da extracção desses recursos naturais. Esses impostos são aplicados às empresas que operam no sector petrolífero, com base na quantidade de petróleo ou gás produzido. Este tipo de imposto é vital para o financiamento de programas governamentais, como educação, saúde e infra-estrutura, além de contribuir para o desenvolvimento económico do país. A receita gerada pelo imposto sobre a produção de petróleo e gás pode ser particularmente importante em nações que dependem fortemente desses recursos naturais como parte de sua economia.⁶⁴

---

⁶⁰ ANDRADE, José Vieira, *Direito do petróleo*, s/ed., Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013, pág. 231.

⁶¹ ANDRADE, José Vieira, *Direito do petróleo...*, *Op. Cit.*, pág. 231.

⁶² CARLOS, Américo Fernando Brás. *Impostos: Teoria Geral*, s/ed., Editora Almedina, Coimbra, 2015, pág. 25.

⁶³ WATY, Teodoro, *Introdução ao Direito Fiscal*, s/ed., W e W Editora, Catembe, 2002, pág. 223

⁶⁴ SEIXAS, Luiz Felipe Monteiro, *Regulação económica no mercado de capitais e na indústria do petróleo e gás natural...* *Op. Cit.*, pág. 43.

A estrutura desse imposto pode variar amplamente entre os países. Alguns utilizam uma taxa fixa por unidade produzida, enquanto outros adoptam alíquotas variáveis, ajustadas de acordo com o preço do petróleo no mercado internacional. Essas diferenças na estrutura tributária podem ter impactos significativos na lucratividade das empresas do sector e no volume de investimentos em exploração e produção. Além de sua função económica, o imposto sobre a produção de petróleo e gás também pode desempenhar um papel importante na promoção de objectivos ambientais e sociais. Parte da receita gerada por esses impostos pode ser direccionada para programas de conservação ambiental, energia limpa e mitigação dos impactos negativos da indústria petrolífera sobre as comunidades locais.⁶⁵

10. Especificidades da Tributação do Petróleo e do Gás

As sociedades do mundo concedem vários poderes aos Estados, entre os quais o poder de tributar. Moçambique não foge à regra, pois a tributação está inserida no núcleo do contrato social estabelecido entre o Estado e a população. Refira-se que o poder de tributar está no Estado. A finalidade primária da tributação é o financiamento do Estado, pois sem recursos financeiros o Estado não pode exercer as suas atribuições mínimas, estabelecendo uma relação entre governantes e governados.⁶⁶

A determinação da tributação do petróleo não depende basicamente do Estado, detentor dos recursos naturais, pois há vários factores externos que impõem a definição de elementos tributários. A actividade de exploração e produção do petróleo é feita com base em condicionalismos de nível internacional, onde a soberania tributária do Estado não é alcançada, devido à soberania *tout court*. Este factor da falta de poder de soberania no âmbito da negociação dos termos do contrato ou limites para determinação do condicionalismo para a exploração e produção do petróleo varia, no nosso entender, de Estado para Estado. A realidade de outros ordenamentos jurídicos mostra que o governo pode-se impor para definir as regras do negócio a celebrar, até porque o recurso em causa é considerado em todo o mundo como ouro negro, o que

---

⁶⁵SEIXAS, Luiz Felipe Monteiro, *Regulação económica no mercado de capitais e na indústria do petróleo e gás natural...* Op. Cit, pág. 44.

⁶⁶FIGUEIREDO, Lúcia Valle, *Estudos de direito tributário*, Editora Malheiros, São Paulo, 1996, pág. 32.

influencia a capacidade negocial dos governos.

O exemplo mais próximo que pode servir para ilustrar que existem governos mais ousados é o caso da exploração do petróleo em Angola, Noruega e Inglaterra, pois são países que de alguma forma mantiveram a sua posição de força no processo de negociação para exploração e produção do Petróleo.⁶⁷

A tributação do petróleo apresenta especialidades de regime, sobretudo porque, em larga medida, nem de tributação verdadeiramente se trata. Esta afirmação do autor transmite alguma complexidade na forma de compreender a questão da tributação do petróleo, tendo em conta que o recurso está assente no território dos Estados e comercializado a preços bastante competitivos no mercado internacional e a determinação dos impostos a pagar acaba, não sendo justa no ponto de vista económico ou de desenvolvimento das nações detentoras deste recurso, que é escasso e não duradouro.⁶⁸

A colecta de imposto deve ser certa conveniente e económica. Abraçamos este posicionamento, por ser, na nossa opinião, o mais adequado para um país como Moçambique, que está em desenvolvimento e carece de meios financeiros para se tornar financeiramente independente e com capacidade para suprir as suas necessidades básicas. Refira-se que para que tal pensamento tenha estrutura e seja implementado é necessário que a legislação tributária passe por uma revisão e sejam inclusos aspectos que permitam que os impostos a serem cobrados aos sujeitos passivos sejam determinados por lei, por forma a vincular todos intervenientes neste processo de tributação, aliás, só assim é que poderemos estar diante de uma soberania de tributação efectiva.⁶⁹

11. Instrumentos da Tributação do Petróleo e Gás

Quanto à tributação do petróleo, existem três modalidades, que são as seguintes:⁷⁰

Tributação através de imposto geral sobre o rendimento

---

⁶⁷ YAZBEK, O, *Regulação do mercado financeiro e de capitais*, 2ª Edição, Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2009, pág. 54.

⁶⁸ *Idem*, pág. 55.

⁶⁹ YAZBEK, O, *Regulação do mercado financeiro e de capitais... Op. Cit*, pág. 56.

⁷⁰ MACUACUA, Edson Da Graça Francisco, *Direito do Petróleo e do Gás em Moçambique*, s/ed., Editora Escolar, Maputo, 2019, pág. 199.

empresarial:⁷¹ que incide sobre o lucro, este é que foi eleito por diversos países produtores do petróleo. Entende-se ser a forma mais adequada para produzir ganhos significativos neste negócio, pois como é referenciado, incide sobre o rendimento da empresa, ou seja, os ganhos que são gerados pela comercialização do petróleo.⁷² Ao adoptar este modelo, os países sentem-se mais confortáveis e não há condições para que se duvide do critério para a determinação da modalidade de tributação. Esta modalidade protege a receita do Estado, ao limitar a dedução dos gastos, apesar das companhias não simpatizarem com este método de colecta de impostos.⁷³

Uma tributação mediante um imposto especial sobre o rendimento empresarial:⁷⁴ incidente sobre o lucro gerado pelas empresas na actividade petrolífera ou mesmo gerado por determinado poço ou poços. Os impostos especiais, ainda que sejam determinados por lei, são pouco transparentes e facilmente contribuem para o surgimento de constrangimentos de carácter económico e financeiro. No que tange à colecta de receitas provenientes de impostos, os ordenamentos jurídicos que adoptaram este regime, como é o caso de Moçambique, produzem pouco em termos de participação tributária no sistema financeiro do Estado. Esta modalidade de tributação não traz benefícios significativos e não impulsiona o desenvolvimento a médio prazo.⁷⁵

Tributação mista, que conjuga essas duas tributações acima indicadas. Este método é preferido pelos países que adoptam o sistema de partilha de produção, como é o caso de Angola.⁷⁶

12. Regime Fiscal

O regime fiscal no ambiente da indústria de petróleo é o conjunto de aspectos legais, contratuais e tributários que regem as operações de petróleo em

---

⁷¹ REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Lei nº 21/2014 de 18 de Agosto, *Lei dos Petróleos In Boletim da República*, I série nº 66 de 18 de Agosto, art. 25, nº 1 alínea a).

⁷² REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Lei nº 27/2014 de 23 de Setembro, *Lei que estabelece o regime específico de tributação das operações petrolíferas*, I série nº 76 de 23 de Setembro, art. 15.

⁷³ MACUACUA, Edson Da Graça Francisco, *Direito do Petróleo e do Gás em Moçambique...*, Op. Cit, pág. 199.

⁷⁴ REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Lei nº 21/2014 de 18 de Agosto, *Lei dos Petróleos In Boletim da República*, I série nº 66 de 18 de Agosto, art. 25, nº 1 alínea a).

⁷⁵ MACUACUA, Edson Da Graça Francisco, *Direito do Petróleo e do Gás em Moçambique...*, Op. Cit, pág. 200.

⁷⁶ *Ibidem*.

um dado país⁷⁷. Existem dois grupos de regimes fiscais:

- **Sistemas de concessão**
- **Sistemas contratuais.**⁷⁸

Os sistemas de concessão permitem que um ente privado, concessionário de uma determinada área, tenha a propriedade do petróleo ali produzido. Este é o modelo adoptado por Moçambique, como ilustra o artigo 5.º da Lei n.º 14/2017, de 28 de Dezembro, e contraria o estatuído no n.º 1 do artigo 98.º da CRM, que advoga que “os recursos naturais situados no solo e no subsolo, e nas águas interiores, no mar territorial e na zona exclusiva são propriedade do Estado”. Atendendo ao espírito do legislador constituinte, percebe-se que o modelo de concessão não se adequa ao nosso regime jurídico, porque confere a propriedade do petróleo à companhia petrolífera concessionada.

O regime fiscal é fortemente determinado pelo regime contratual adoptado e é com base no regime fiscal que se podem maximizar os ganhos. Portanto, é fácil perceber que para a eleição de qualquer regime fiscal é imperativo que antes se reflecta sobre os ganhos a ter com a modalidade contratual a ser seguida em cada ordenamento jurídico, pois o regime fiscal e o sistema de contratos devem estar em harmonia, tendo em vista a obtenção de maiores ganhos para o país.⁷⁹

Já os sistemas contratuais fazem parte de outros dois regimes fiscais mais comuns, sendo agrupados sob o nome de sistemas contratuais, que são os contratos de serviços e os contratos de partilha de produção. O elemento diferenciador destes sistemas consiste na manutenção da propriedade da produção no Estado, dando ao produtor apenas uma parcela do petróleo produzido segundo cláusulas contratuais. Importa referir que este sistema é o adoptado por Angola, que é o segundo maior produtor de petróleo em África.

13. Breve evolução do direito de petróleo e gás

A evolução do direito de petróleo e gás em Moçambique conheceu duas fases e quatro gerações de legislações a saber: a primeira fase foi de 1982 a 2001, em

---

⁷⁷ LUCCHESI, Rodrigo Dambros, *Regimes Fiscais de exploração e produção de petróleo no Brasil e no Mundo*, s/ed., Editora LTR, Rio de Janeiro, 2011, pág. 18.

⁷⁸ MACUACUA, Edson Da Graça Francisco, *Direito do Petróleo e do Gás em Moçambique...*, Op. Cit, pág. 210.

⁷⁹ MACUACUA, Edson Da Graça Francisco, *Direito do Petróleo e do Gás em Moçambique...*, Op. Cit, pág. 210, pág. 211.

que a lei reguladora era a Lei n 3/81 de 03 de Outubro, e caracterizou-se pelo monopólio estatal das operações petrolíferas, através da empresa estatal, Hidrocarbonetos de Moçambique. Já segunda fase começa em 2001, com a aprovação da lei n 3/2001 de 21 de Fevereiro que pôs fim ao monopólio e abriu espaço a liberalização do mercado da indústria petrolífera, criando um quadro jurídico para uma maior competitividade no sector petrolífero.⁸⁰

14. Regime Jurídico do Petróleo e Gás Natural Moçambicano

O regime jurídico que rege a extracção de recursos energéticos determina em grande parte o regime contratual e, portanto, o regime tributário e os benefícios que o país pode obter da extracção de recursos energéticos. O regime jurídico da exploração e produção de hidrocarbonetos inclui a forma como o Estado organiza as actividades de petróleo e gás e como o Estado participa e se relaciona com os diversos atores desta indústria. O regime legal e regulatório também define a relação e engajamento entre o País Sede e as Empresas de Petróleo e Gás.⁸¹

O regime jurídico regulatório inclui uma série de factores e características reflectidas na estrutura político-económica do Estado. Dentre esses factores e características, pode-se dizer que os listados a seguir são os mais relevantes para determinar como o Estado organizará as actividades de petróleo e gás e como o Estado se envolverá com as actividades de petróleo e gás:

- Propriedades dos hidrocarbonetos;
- Instrumento legal modelo assinado entre o país anfitrião e o CO;
- Funcionários governamentais relevantes;
- Períodos de contratação;
- Funções ou responsabilidades do CO e do governo anfitrião; Avaliações recebidas pelo CO;
- Mecanismo de selecção e contratação de CO;
- Mecanismo de Remuneração do Governo;
- Propriedade das instalações utilizadas para exploração e produção;
- Revisão do Contrato e Termos de Disputa;
- Mecanismo de controlo de produção;

---

⁸⁰ MACUACUA, Edson Da Graça Francisco, *Direito do Petróleo e do Gás em Moçambique...*, Op. Cit, pág. 19.

⁸¹ *Idem*, pag. 49.

- Limites de controlo e comercialização;
- Mecanismos de incentivo à transferência de tecnologia e conteúdo local;
- Mecanismo de personalização da produção (unificação).⁸²

De acordo com o artigo 98, Parte 1 da CRM, os recursos naturais localizados no subsolo e subterrâneo, águas interiores, águas territoriais, plataforma continental e zona económica exclusiva são propriedade do Estado. Subsecção do artigo 4º da Lei de 18 de Agosto, nº. 21/2014 O artigo 1º estabelece o controlo estatal sobre a exploração, produção, transporte, comercialização, refino e transformação em forma líquida de hidrocarbonetos líquidos e gasosos e seus derivados, incluindo petroquímicos activos e GNL e gás.⁸³

O sistema jurídico do petróleo moçambicano é geral e inequivocamente estabelecido por lei, que especifica a base legal para a descrição da área e o contrato que a autoridade competente celebrará. Esta lei aplica-se às operações petrolíferas e a qualquer infra-estrutura relacionada com operações petrolíferas sob jurisdição moçambicana, propriedade de um licenciado ou terceiro, incluindo infra-estrutura móvel sob bandeira estrangeira destinada a conduzir ou auxiliar operações petrolíferas, salvo disposição legal em contrário. Também se aplica ao uso ou consumo de petróleo se tal uso for necessário ou parte de uma actividade relacionada à extracção ou transporte de petróleo nos termos desta Lei. O escopo desta lei não inclui o processamento, uso industrial, distribuição e venda de produtos petrolíferos.⁸⁴ Este regime que é apresentado em lei específica.

15. Regulamentação legal da Indústria Extractiva

O enquadramento legal foi desenvolvido com a aprovação da nova lei do petróleo (Lei n.º 3/2001), seguida da aprovação dos respectivos regulamentos. A lei aboliu o monopólio da ENH sobre o trabalho de investigação e a empresa passou a participar como associada e a participar em vários projectos em nome dos interesses comerciais do país. Em 2004, pelo decreto n. 25/2004 estabeleceu o Instituto Nacional do Petróleo (INP) como órgão regulador do negócio petrolífero em Moçambique. As alterações na legislação, a estabilidade política estabelecida em Moçambique após a

⁸² MACUACUA, Edson Da Graça Francisco, *Direito do Petróleo e do Gás em Moçambique...*, Op. Cit, pág. 50.

⁸³ *Idem*, pp. 63-64.

⁸⁴ REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Lei nº 21/2014 de 18 de Agosto, *Lei dos Petróleos In Boletim da República*, I série nº 66 de 18 de Agosto, art. 3º.

guerra e o aumento contínuo dos preços do petróleo no mercado internacional têm suscitado um grande interesse das empresas petrolíferas em trabalhos de investigação em Moçambique.⁸⁵

Em todas as revoluções nesse sentido, o sector do petróleo e do gás actualmente, no que diz respeito à legislação, é composto por: Lei nº 21/2014 de 18 de Agosto – Lei do Petróleo; Lei n.º 25/2014 de 23 de Setembro – Lei da liquefacção do gás natural na 1ª e 4ª área da bacia do Rovuma; Lei n.º 27/2014 de 23 de Setembro – criação de regime especial de tributação e desoneração das operações petrolíferas; Decreto no 63/2011 de 7 de Dezembro – Aprovação do regulamento trabalhista dos cidadãos estrangeiros no sector de petróleo e mineração; Decreto no 2/2014 de 2 de Dezembro – sobre a criação de um procedimento legal e contratual especial aplicável aos projectos de GNL das bacias 1 e 4 do Rovuma.⁸⁶

---

⁸⁵ CIP, *Alguns Desafios na Indústria Extractiva em Moçambique...*, Op. Cit, pág. 08.

⁸⁶ *Idem*, pag. 08.

CAPÍTULO 3: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS DA PERCENTAGEM CONCEDIDA ÀS COMUNIDADES LOCAIS NA TRIBUTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS FACE AOS SEUS IMPACTOS DIRECTOS

16. APRESENTAÇÃO DE DADOS

O presente capítulo está reservado para a apresentação dos dados. De seguida, iremos discutir em torno dos resultados obtidos tendo em conta o posicionamento dos vários doutrinários em relação a problemática, tirar conclusões e apresentar possíveis soluções para o problema.

Moçambique tem testemunhado uma expansão significativa do interesse e investimento nas suas indústrias extractivas. Novas descobertas de gás natural nos últimos dez anos levaram a expectativas de que essas indústrias irão contribuir de maneira muito significativa para o futuro desenvolvimento económico do país e para a sua mudança estrutural a longo prazo.⁸⁷

A partilha de receitas geradas pela indústria extractiva é uma prática comum na governação de recursos naturais em vários países produtores. Nas últimas duas décadas o discurso e os estudos sobre a partilha de receitas do sector extractivo conquistou uma particular atenção.⁸⁸ O mecanismo de partilha de receitas é comumente designado por “sistema ou regime de partilha de receitas”. Conceptualmente, o sistema ou o regime de partilha de receitas (SPR) de recursos naturais é um arranjo que os governos adoptam para determinar a porção ou percentagem das receitas dos impostos e taxas a serem partilhadas, seja com as autoridades dos níveis sub-nacionais ou com os governos centrais.⁸⁹

O pressuposto da partilha de receitas é fundamentalmente uma questão de economia política. O arranjo de partilha de receitas do sector extractivo coloca em evidência aspectos relevantes sobre riscos de conflito decorrente de desigualdades sociais, bem como da problemática da representação heterogénea da sociedade em

---

⁸⁷ANDRADE e SOUSA, Maria Eduarda de. *A exploração mineira e o reassentamento forçado em Moçambique: uma reflexão sobre a situação dos deslocados do desenvolvimento*. REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil, 2016, pág. 43.

⁸⁸BAUER, A.; Gankhuyag, U.; Halling, S.; Manley, D. and Venugopal, V. (2016b). *Natural resource revenue sharing*. *Natural Resource Governance Institute*, 2016, pág. 12.

⁸⁹ *Idem*, pág. 16.

contextos de exploração e produção de recursos naturais valiosos. A partilha de receitas provenientes de recursos naturais justifica-se por: necessidade de melhorar a qualidade de vida das regiões abrangidas pelas operações extractivas; prover alocação de recursos adicionais aos governos nas regiões pobres e com menos apoios; compensar as regiões afectadas pelos impactos sociais e ambientais da extracção de recursos naturais; e contribuir para o controlo de violência associada aos recursos naturais.⁹⁰

O Governo Moçambicano sobre esta questão aprovou o regulamento dos critérios de alocação, gestão da percentagem das receitas destinados ao desenvolvimento das províncias, distritos e comunidades locais onde decorre a exploração mineira e petrolífera. A percentagem das receitas fiscais destinadas ao desenvolvimento das comunidades locais onde estão implantados os projectos mineiros e petrolíferos no país está inserida nas leis de Petróleo e Minas, aprovadas no âmbito do pacote de medidas de aceleração económica.⁹¹

O artigo 48 da Lei de Petróleos, Lei 21/2014 de 18 de Agosto, revisado pela Lei 16/2022, estipula que 10% das receitas geradas pelo Imposto sobre a Produção de Petróleo devem ser direccionadas para o desenvolvimento das províncias, distritos e comunidades locais afectadas pela actividade petrolífera. No entanto, o Decreto 40/2023 estabeleceu critérios que resultam na destinação dos 10% em apenas 2.75% desses recursos para as comunidades locais.

Os dados constantes da lei indicam que, dos 10% das receitas da indústria extractiva a atribuir às províncias, 2,75% são atribuídos às comunidades. Assim, dos 281 milhões de meticais, o executivo pretende destinar cerca de 203,7 milhões de meticais, cerca de 7,25%, às estruturas provinciais, enquanto 77,4 milhões de meticais, cerca de 2,75%, serão destinados às comunidades das áreas onde efectivamente funcionam os projectos.⁹² De acordo com a proposta do Plano Económico e Social 2023 e Orçamento do Estado 2023, o Governo destinou, das receitas arrecadadas em 2021,

---

⁹⁰ AENA, *Dinâmicas da canalização e gestão das receitas do Estado provenientes do sector extractivo destinadas ao desenvolvimento das comunidades locais*, s/ed., Mozambique Policy Brief, 2018 pág. 28.

⁹¹ AIM, *Governo regulamenta critérios de alocação das receitas às comunidades locais*, s/ed., Editora Agência de Informação de Moçambique, Maputo, 2023, pág. 1. Acesso: 29-06-2024, <https://aimnews.org/2023/05/31/governo-regulamenta-criterios-de-alocacao-das-receitas-as-comunidades-locais/>

⁹² REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, *Moçambique altera a sua lei mineira e petrolífera*, s/ed., Editora Ministério da Economia e Finanças, Maputo, 2022, pág. 1. Acesso: 20-06-2022, <https://pae.gov.mz/mocambique-altera-a-sua-lei-mineira-e-petrolifera/>

um total de 281 milhões de meticais às províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado.⁹³

Numa perspectiva comparativa com outras experiências de partilha de receitas em países ricos em recursos naturais, nota-se que a percentagem de 2,75% que é transferida para as comunidades produtoras em Moçambique é das mais baixas de África e do mundo. Isto suscita a necessidade urgente de uma revisão como uma das estratégias de mitigação do conflito em Cabo Delgado, colocando-a na agenda do desenvolvimento do País. Esta questão faz parte de uma agenda ampla de advocacia por parte das organizações da sociedade civil.⁹⁴

17. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Em primeiro lugar, na análise da percentagem concedida às comunidades locais na tributação da indústria de petróleo e gás face aos seus impactos directos, é essencial entender como essa alocação está directamente ligada a tributação. Assim, a relação refere-se à forma como uma parte dos impostos pagos pelas empresas é destinada directamente para beneficiar e compensar os impactos enfrentados por essas comunidades devido à presença da indústria em suas áreas.

17.1. As comunidades locais no contexto da Indústria do Petróleo e Gás

As comunidades locais referem-se aos grupos de pessoas que residem em uma área geograficamente definida, como uma cidade, vila ou região rural. Essas comunidades são caracterizadas por laços sociais, culturais, económicos e ambientais compartilhados, que se desenvolvem ao longo do tempo através da interacção e convivência entre os seus membros. Eles geralmente compartilham valores, tradições e uma identidade colectiva que os diferencia de outras comunidades.⁹⁵

---

⁹³ REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, *Moçambique altera a sua lei mineira e petrolífera*, s/ed., Editora Ministério da Economia e Finanças, Maputo, 2022, pág. 1. Acesso: 20-06-2022, <https://pae.gov.mz/mocambique-altera-a-sua-lei-mineira-e-petrolifera/>

⁹⁴ CDD, *Moçambique deve rever em alta a percentagem de 2,75% a favor das comunidades afectadas pelos projectos da indústria extractiva*, s/ed., Editora Centro para Democracia e Direitos Humanos, Maputo, 2021, pp. 2-3. Acesso: 20-06-2024, <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/07/Mocambique-deve-rever-em-alta-a-percentagem-de-275-a-favor-das-comunidades-afectadas-pelos-projectos-da-industria-extractiva.pdf>

⁹⁵ MAPISSE, Inocência, MATE, Rui, *Um Olhar ao 8º Relatório da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva*, CIP, Maputo, 2020, pág. 19.

Na literatura, o conteúdo local é designado por abreviatura estrangeira LC (*Local Content*). Em Moçambique encontra questões de definição semelhantes. Não existe uma definição clara e única para LC em Moçambique. No geral, a maior parte dos diálogos sobre LC centra-se na definição de LC como a aquisição de bens ou serviços junto de fornecedores locais. Mas no nosso entender vai mais além de bens e serviços, inclui o respeito e valorização daquilo que é local desde a cultura e tradições locais até ao conhecimento.

As comunidades locais desempenham um papel vital dentro do cenário das indústrias petrolíferas, influenciando e sendo influenciadas por essas operações de diversas maneiras. O impacto económico é significativo. As empresas de petróleo frequentemente se tornam os maiores empregadores em áreas onde operam, oferecendo oportunidades de trabalho directas e indirectas para os residentes locais. Isso não apenas impulsiona o desenvolvimento económico, mas também pode melhorar a infra-estrutura e os serviços públicos nas comunidades próximas,⁹⁶ tal como é abordado pela lei abordando que o Governo deve criar mecanismos de envolvimento e; assegurar a organização e participação das comunidades nas áreas onde se encontram implantados empreendimentos petrolíferos.⁹⁷

No contexto da indústria de petróleo e gás, as comunidades locais são grupos de pessoas que residem nas áreas próximas aos locais de exploração, produção ou transporte desses recursos naturais. Essas comunidades são caracterizadas pela sua proximidade geográfica com as operações industriais, o que as coloca em contacto directo com a infra-estrutura e actividades relacionadas à indústria petrolífera. Economicamente, muitas dessas comunidades dependem da indústria de petróleo e gás como fonte de sustento. Isso pode ocorrer através de empregos directos na indústria, como trabalhadores de plataformas *offshore*, refinarias ou serviços de apoio logístico. Além disso, sectores como hospedagem, alimentação e transporte frequentemente são impulsionados pela presença da indústria, criando uma economia local que orbita em torno das actividades petrolíferas.

---

⁹⁶ TEIXEIRA, João Pedro Braga, *Gás Natural: o energético mais competitivo*, s/ed., Editora PoD, Rio de Janeiro, 2015, pág. 34.

⁹⁷ REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Lei nº 21/2014 de 18 de Agosto, *Lei dos Petróleos* In Boletim da República, I série nº 66 de 18 de Agosto, art. 11.

17.2. Impactos da Exploração na Indústria de Petróleo e Gás para as comunidades locais

A exploração de petróleo e gás tem sido uma fonte de prosperidade económica para muitas comunidades locais em todo o mundo. A descoberta e a exploração de reservatórios petrolíferos muitas vezes resultam em um influxo de investimento, empregos e infra-estrutura para as áreas circundantes. Empresas de energia muitas vezes estabelecem programas de responsabilidade social corporativa, financiando projectos comunitários, educação e desenvolvimento de habilidades locais. Isso pode melhorar a qualidade de vida e fornecer oportunidades económicas para os residentes locais.

No entanto, a produção de petróleo também apresenta desafios significativos para as comunidades locais, especialmente em termos de impactos ambientais e sociais. A extracção, o processamento e o transporte de petróleo podem causar poluição, emissões de gases de efeito estufa, degradação da terra, escassez de água e perda de biodiversidade. Esses impactos podem prejudicar a saúde e os meios de subsistência da população local, especialmente daqueles que dependem de recursos naturais, como agricultores, pescadores e grupos indígenas.

Vazamentos de petróleo e derramamentos acidentais são desastres ambientais que podem ter efeitos de longo prazo devastadores sobre os ecossistemas locais e a saúde das comunidades. Além disso, as operações de exploração e produção muitas vezes requerem o deslocamento de comunidades locais, resultando em problemas sociais, como o desenraizamento cultural e a perda de acesso a recursos tradicionais.

A produção de petróleo também pode desencadear ou exacerbar conflitos, violência, corrupção e violações de direitos humanos, especialmente em contextos frágeis ou instáveis. Em algumas regiões, a competição pelo controle dos recursos petrolíferos pode levar a conflitos armados (analise-se o contexto de Cabo Delgado, por exemplo) entre grupos étnicos, políticos ou religiosos rivais. Além disso, as empresas de petróleo e gás muitas vezes operam em países onde as instituições governamentais são fracas ou corruptas, o que pode levar à exploração descontrolada dos recursos naturais e à marginalização das comunidades locais.

Outro aspecto é que, questões como o uso da terra e os direitos das comunidades indígenas podem gerar conflitos com as empresas de petróleo, exigindo abordagens sensíveis e colaborativas para a resolução.

Em suma, embora a exploração de petróleo e gás possa trazer benefícios económicos significativos para as comunidades locais, também traz consigo uma série de desafios ambientais, sociais e económicos. É crucial que as empresas de energia e os governos adotem práticas de produção responsáveis, que minimizem os impactos negativos sobre as comunidades locais e o meio ambiente. Além disso, é importante que as comunidades locais tenham voz e sejam envolvidas no processo de tomada de decisões relacionadas à exploração de recursos naturais em suas áreas. Somente assim pode-se garantir que os benefícios da produção de petróleo sejam compartilhados de forma equitativa e sustentável.

17.3. O Papel das empresas internacionais na Indústria do Petróleo e Gás em Moçambique e sua responsabilidade social

A responsabilidade social das empresas é o compromisso das empresas em contribuir para o desenvolvimento económico sustentável, envolvendo não só os funcionários nacionais, mas também as suas famílias, comunidade local e a sociedade em geral no sentido de proporcionarem melhor qualidade de vida, de forma a alcançar simultaneamente resultados positivos para o negócio da empresa e para o desenvolvimento socioeconómico no país.⁹⁸

Existe uma relação entre as comunidades locais e a responsabilidade social. No interesse empresarial é associado aos empreendimentos que são instalados no país a partir do aproveitamento e ou extracção de recursos naturais em regiões onde estes são descobertos, que muitas das vezes é mediante o uso de novas e ou tecnologias avançadas que as vezes no país ainda não existem. Neste caso, se enquadra o termo LC de modo que estes empreendimentos valorizem os bens e serviços que existem naquele espaço territorial. Isto passa necessariamente por criar condições de capacitação das entidades de fornecedores locais, aprimorar e imponderar os governos locais, de modo que estes possam atender os critérios que estas entidades que normalmente são empresas estrangeiras, que operam com padrões e requisitos internacionais avançados que

---

⁹⁸ ARAÚJO, Jorge, BLAKELEY, Amanda, *Responsabilidade Social das Empresas (CSR) no Sector Petrolífero em Angola*, Estudo de Assistência Técnica, Banco Mundial, Luanda, 2003, pág. 23.

difícilmente em pouco tempo podem ser assumidos nas comunidades por exigirem grandes e avultados investimentos e tempo de assentamento.

A sociedade se tornou mais vigilante em relação à actividade empresarial e muitas empresas foram obrigadas a repensar os critérios éticos da sua conduta, pressionadas por uma concorrência sem fronteiras e por um mercado tendencialmente global.⁹⁹ A responsabilidade social pode ser compreendida como sendo actividades realizadas voluntariamente por uma empresa, com vista a contribuir para o crescimento económico, meio ambiente limpo e o desenvolvimento social da comunidade envolvente.¹⁰⁰

Para este estudo entende-se por responsabilidade social o conjunto de comportamentos, medidas e obrigações que as empresas adoptam para responder as preocupações cada vez mais crescentes das sociedades na procura de garantir a melhoria das condições de vida das pessoas ou comunidades locais onde operam. Esta definição toma em consideração a crescente preocupação com a ética empresarial na gestão de negócios que se tem assistido nos últimos anos, bem como a evolução impressionante do conceito da responsabilidade social que hoje congrega várias esferas socioeconómicas.

O respeito à cultura local, transparência e preservação ambiental são as principais directrizes das empresas do sector de petróleo e gás quando iniciam actividades de exploração e produção em um novo local. Para que as petrolíferas possam se instalar em uma área, a comunidade local precisa ser ouvida e estar de acordo com as actividades. Além de reuniões prévias com representantes das comunidades, o licenciamento para actividades exploratórias ou produtoras do sector de óleo e gás incluem uma série de exigências a serem cumpridas pelas empresas.

Apoio a projectos sociais, rígido controlo das normas de saúde e segurança, preservação da biodiversidade local são algumas dessas obrigações que as empresas assumem com a sociedade para que as suas actividades possam ser executadas. Além das obrigações previstas nos processos de licenciamento ambiental, as empresas também atuam de maneira proactiva para que os benefícios sejam

---

⁹⁹ ALMEIDA, Filipe, *Ética, valores humanos e Responsabilidade social das empresas*, Editora Princípia, Lisboa, 2010, pág. 19.

¹⁰⁰ CASACA E CORREIA (coord.) at al., *Dicionário de Gestão*, s/ed., Escolar Editora, Lisboa, 2014, pág. 185.

positivos para as comunidades locais. Além dos impostos e royalties, as empresas investem sistematicamente em projectos de abrangência educacional, geração de emprego e renda, desenvolvimento económico local, entre outros. Sempre através do diálogo, buscam estreitar laços e fortalecer os vínculos respeitando as pessoas, suas culturas e o ecossistema local. Essa relação harmónica e respeitosa entre comunidades e as empresas do sector é vantajosa para todos, gerando projectos impactantes e relevantes para ambas as partes.

As empresas do sector têm um papel crucial a desempenhar no desenvolvimento sustentável das áreas onde operam. Isso inclui não apenas o cumprimento das leis em respeito as comunidades locais e ao regime de exploração, mas também o envolvimento activo na promoção do bem-estar das comunidades locais através de investimentos sociais, ambientais e económicos.

17.4. A Percentagem Concedida às Comunidades Locais

As políticas tributárias actuais em relação à indústria de petróleo e gás em Moçambique enfrentam desafios significativos na garantia de uma compensação adequada para as comunidades locais afectadas pela exploração desses recursos naturais. A alocação de apenas 2,75% dos 10% das receitas para as comunidades locais, conforme estabelecido pelo decreto n.º 40/2023, de 7 de Julho, pode ser considerada insuficiente diante dos impactos negativos desproporcionais que essas comunidades enfrentam analisados outrora.

A exploração de petróleo e gás frequentemente acarreta uma série de impactos adversos, incluindo degradação ambiental, perturbação das estruturas sociais e económicas tradicionais, deslocamento forçado de famílias, perda de terras agrícolas, contaminação da água e do solo, poluição do ar, aumento dos custos de vida e mudanças na dinâmica socioeconómica local.

Esses impactos tendem a ser profundamente sentidos pelas comunidades locais, que muitas vezes dependem directamente dos recursos naturais para sua subsistência e sustento. Essa situação também pode perpetuar desigualdades socioeconómicas já existentes e dificultar o avanço em direcção a um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo em Moçambique. Além disso, suscita preocupações em relação aos direitos humanos. As comunidades afectadas têm o direito fundamental a um padrão de vida adequado, que inclui acesso a moradia, água potável, saneamento

básico, saúde e educação. Quando esses direitos são comprometidos devido à exploração industrial, é crucial que as políticas tributárias garantam uma compensação justa e significativa para as comunidades locais, a fim de proteger e promover esses direitos fundamentais. Qualquer falha nesse aspecto pode representar uma violação dos direitos humanos dessas comunidades, exacerbando ainda mais as desigualdades e injustiças sociais.

No entanto, aquela percentagem das receitas destinadas ao desenvolvimento das comunidades locais não é suficiente para mitigar adequadamente esses impactos e promover um verdadeiro desenvolvimento sustentável nessas áreas afectadas. A disparidade entre os impactos negativos da exploração de petróleo e gás e a pequena parcela das receitas destinadas às comunidades locais levanta questões sobre a equidade e justiça na distribuição dos benefícios fiscais e económicos gerados por essa indústria.

Portanto, é essencial para as empresas petrolíferas engajarem-se activamente com as comunidades locais, ouvindo suas preocupações, implementando práticas sustentáveis e razoáveis investindo em programas de responsabilidade social corporativa. Isso não apenas promove uma relação mais harmoniosa, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável das regiões afectadas pela indústria petrolífera.

A revisão das políticas tributárias relacionadas à indústria de petróleo e gás em Moçambique deve considerar seriamente essas questões de direitos humanos e buscar garantir que as comunidades locais sejam devidamente protegidas e compensadas pelos impactos adversos da exploração industrial.

E ainda, a alocação de apenas 2.75% dos ganhos da exploração de petróleo e gás às comunidades locais em Moçambique é claramente insuficiente e desproporcional. Enquanto os cofres do Estado se beneficiam enormemente com os lucros dessa indústria, as comunidades locais enfrentam impactos significativos e muitas vezes devastadores em suas vidas.

Essa pequena percentagem reflecte uma distribuição desigual de riqueza e poder, onde as comunidades afectadas recebem apenas migalhas enquanto as empresas e o governo lucram imensamente. Os impactos negativos dessa exploração incluem

deslocamento forçado de comunidades, destruição ambiental, perda de meios de subsistência tradicionais, aumento da poluição e conflitos socioeconómicos. Além disso, a falta de investimento adequado nas comunidades locais perpetua um ciclo de pobreza e desigualdade, deixando os moradores sem acesso a serviços básicos, como saúde, educação e infra-estrutura de qualidade.

Analise-se ainda que, aquela alocação desigual de recursos da indústria de petróleo e gás em Moçambique, com 10% destinados às províncias, distritos e comunidades locais, sendo divididos entre 2.75% para as comunidades locais e 7.25% para as províncias e distritos, é injusta e desproporcional. Isso porque as comunidades locais são as mais impactadas pelos efeitos negativos da indústria, como deslocamento, poluição e perda de meios de subsistência. No entanto, elas recebem uma parcela menor dos recursos em comparação com as províncias e distritos. Essa divisão reflecte prioridades políticas e económicas que podem marginalizar ainda mais as comunidades locais, perpetuando desigualdades existentes e privando-as dos recursos necessários para enfrentar seus desafios. Para garantir justiça e equidade na distribuição dos benefícios económicos, é fundamental revisar as políticas de distribuição de recursos e priorizar as necessidades das comunidades locais, garantindo que recebam uma parcela justa e adequada dos ganhos da indústria para promover seu desenvolvimento sustentável e bem-estar.

E ainda, porque apenas 2.75%? Qual o raciocínio subjacente a essa escolha específica desta percentagem? Não há justificativas explícitas para tal decisão? Qual é o contexto que levou a essa percentagem específica e não a outra? Será que existem considerações económicas, políticas ou sociais que moldaram essa decisão? Como essa percentagem se compara com outras similares em situações análogas? Será que há uma razão técnica, como limitações de recursos, capacidade de absorção do mercado ou restrições legais que impuseram esse valor específico? Em suma, por que 2.75% e não mais, ou menos? Qual é o raciocínio por trás dessa escolha que aparentemente carece de justificativas claras?

17.5. Efectividade das políticas Tributárias

A falta de efectividade das políticas tributárias na distribuição de recursos para as comunidades locais em Moçambique pode ser evidenciada pela estagnação ou morosidade no desenvolvimento dessas comunidades. Apesar da

alocação de uma percentagem dos ganhos da indústria de petróleo e gás, o progresso em termos de melhoria das condições de vida pode ser mínimo ou insuficiente. Isso pode ser atribuído a uma série de factores.

Primeiramente, a falta de transparência na alocação de fundos pode levar a uma distribuição injusta e desigual dos recursos, com algumas comunidades recebendo mais do que outras sem justificativa clara. Isso pode resultar em ressentimento e desconfiança por parte das comunidades afectadas, minando a legitimidade das políticas tributárias e a cooperação entre o governo e as comunidades locais. Além disso, a burocracia excessiva e a falta de capacidade institucional podem levar a atrasos na implementação de projectos de desenvolvimento financiados pelos recursos tributários. Isso pode resultar em um desperdício de recursos e na não realização de benefícios tangíveis para as comunidades locais.

A falta de prestação de contas também pode contribuir para a ineficácia das políticas tributárias. Sem mecanismos claros para responsabilizar as autoridades locais pelo uso adequado dos recursos, há poucos incentivos para garantir que esses recursos sejam realmente direccionados para projectos e programas que beneficiem as comunidades locais de forma significativa e sustentável. A corrupção é um factor crítico que pode minar severamente a eficácia das políticas tributárias na distribuição de recursos para as comunidades locais em Moçambique. A corrupção pode ocorrer em várias etapas do processo, desde a colecta até a alocação e o uso dos recursos tributários destinados ao desenvolvimento das comunidades. Além disso, a corrupção pode influenciar a alocação de fundos, com recursos sendo desviados para interesses pessoais ou políticos em vez de serem direccionados para projectos e programas que beneficiem verdadeiramente as comunidades locais. Isso resultaria em uma distribuição injusta e ineficaz dos recursos tributários, exacerbando as disparidades sociais e económicas entre as comunidades.

17.6. Estratégias para uma tributação mais justa e benéfica

O modelo de partilha de receitas do sector petrolífero em Moçambique é essencialmente uma iniciativa de devolução para as comunidades hospedeiras dos projectos, de uma percentagem da receita gerada pelas companhias extractivas e no caso particular, apenas aquela relativa ao imposto sobre a produção. Foi definido 2.75% como a percentagem das receitas transferidas para as comunidades hospedeiras dos

projectos de minas e petróleos. Não se tem clareza sobre qual terá sido o fundamento para a determinação desta percentagem. Não foi estabelecida qualquer fórmula para as transferências.

E a percentagem da partilha de receitas é até agora uniforme para todo o tipo de recursos naturais associados a minas e petróleos. Ou seja, a diferenciação entre tipos de petróleos (petróleo, gás natural, condensado etc.) como acontece em outras jurisdições não foi considerada para a fixação de uma percentagem diferenciada. Portanto, independentemente da natureza e tipo de recursos e a sua localização, se em terra ou em águas profundas, a percentagem da receita da transferência para as comunidades é a mesma.

Os modelos de partilha de receitas do sector extractivo são influenciados pelas dinâmicas e pelos níveis de sensibilidade dos governos sobre as questões chave de desenvolvimento. Alguns governos definem os modelos com base em informação e conhecimento sólidos sobre a natureza de recursos e a sua capacidade de produção e outros adoptam modelos numa base *ad-hoc*. Uns têm clareza sobre os pressupostos e determinantes para a redistribuição e outros fazem-no de modo mecânico. Ainda assim, existe um amplo consenso nos países produtores de recursos naturais sobre a necessidade de adopção de mecanismos de transferências para a partilha das receitas dos recursos naturais.

O actual “modelo” de transferências para as comunidades tem potencial para gerar desigualdades muito profundas e críticas para a estabilidade social e política, devido à concentração de recursos em comunidades exclusivas no distrito, colocando as demais comunidades adjacentes sem quaisquer benefícios da exploração de recursos sendo por isso importante repensar a adopção de mecanismos adicionais de transferência horizontal, exclusivos dos distritos de produção, inspirados na distribuição por indicadores.

Deviria o Governo, através do Ministério de Recursos Minerais e Energia, instituição de Direito Público, negociar com as companhias petrolíferas, por forma a adoptar um sistema diferente do que consta da Lei que aprova o Regime Específico de Tributação e Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas, considerando que o actual estatuto jurídico que regulamenta a produção e exploração de petróleo no

nosso território traz poucos ganhos para o país e reduz em grande medida a capacidade de negociação por parte do Governo.

E ainda para promover uma tributação mais justa e benéfica na indústria de petróleo e gás, diversas estratégias podem ser adoptadas visando equilibrar o desenvolvimento económico com o bem-estar das comunidades locais. É essencial garantir transparência nos processos tributários, assegurando que os residentes tenham acesso claro às informações sobre arrecadação e destinação dos recursos. Isso não apenas promove a confiança pública, mas também permite que as comunidades participem activamente nas decisões que os afectam.

A clareza na definição dos objectivos da partilha e alinhamento do sistema de partilha de receitas com seus objectivos; escolha de fontes de receita e ferramentas fiscais adequadas; definição de fórmulas de transferência de receita simples e executáveis; criação de um grau de flexibilidade no sistema; consenso nacional sobre a fórmula; codificação da fórmula na lei; transparência e formalização de uma supervisão independente.

Conclusão

Ao longo deste estudo, investigamos profundamente a tributação da Indústria de Petróleo e Gás em Moçambique, com foco na alocação de 2,75% das receitas fiscais para as comunidades locais afectadas e nos desafios enfrentados nesse contexto. A análise da distribuição da percentagem concedida às comunidades locais na tributação da Indústria de Petróleo e Gás em Moçambique revela um panorama complexo e crucial para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

Este estudo buscou analisar a distribuição da percentagem concedida às comunidades locais na tributação da indústria de petróleo e gás em Moçambique, avaliando se esta compensa adequadamente o impacto directo sentido por essas comunidades. E ainda, caracterizou-se o papel das comunidades locais no contexto da Indústria de Petróleo e Gás e como as políticas tributárias afectam seu envolvimento; abordou-se o papel das empresas internacionais na Indústria de Petróleo e Gás em Moçambique e sua responsabilidade social; e propôs-se estratégias para uma tributação mais justa e benéfica, visando melhorar a distribuição de recursos e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades locais em Moçambique. Nesta senda, teve-se como questão de partida a seguinte: "Será que a percentagem concedida às comunidades locais na tributação da Indústria de Petróleo e Gás em Moçambique compensa adequadamente o impacto directo sentido por essas comunidades? E como essa distribuição pode ser ajustada para garantir um equilíbrio mais justo e sustentável entre os benefícios e os desafios enfrentados pelas comunidades locais?"

Tendo em conta aos objectivos geral e específicos outrora postulados e a nossa questão de partida, foi possível constatar, em princípio, que as comunidades locais desempenham um papel fundamental como partes interessadas na indústria de petróleo e gás em Moçambique. Suas necessidades e preocupações são variadas, desde questões ambientais até sociais e económicas, todas influenciadas directamente pelas operações dessa indústria. As empresas exploradoras têm a responsabilidade crucial de minimizar impactos ambientais, promover desenvolvimento socioeconómico e manter comunicação transparente. Isso não apenas fortalece a confiança comunitária, mas também contribui para um desenvolvimento sustentável e equitativo das regiões afectadas.

O modelo actual de transferências para as comunidades corre o risco de intensificar desigualdades significativas, com potenciais repercussões negativas para a estabilidade social e política. Isso se deve à concentração de recursos em comunidades específicas dentro dos distritos produtores, deixando comunidades vizinhas sem qualquer benefício da exploração de recursos naturais. Portanto, é crucial reconsiderar a implementação de mecanismos adicionais de transferência horizontal que sejam exclusivos dos distritos produtores, baseados em critérios mais equitativos e orientados por indicadores específicos de necessidades.

Assim, conclui-se que a percentagem concedida às comunidades locais na tributação da Indústria de Petróleo e Gás em Moçambique não compensa especificamente o impacto directo nessas comunidades, aspecto que foi prontamente justificado através dos impactos directos sofridos por esta camada social. A fim de equilibrar de forma mais justa e sustentável os benefícios e os desafios enfrentados por eles, são necessários ajustes significativos. Para tal, sugerimos:

Sugestões

Com base no estudo que nos propusemos em realizar, apresentamos as seguintes sugestões:

- Que a Assembleia da República efectue a revisão do artigo 48 da lei 21/2014 revisado pela Lei 16/2022 de modo aumentar a percentagem dos recursos destinados às comunidades locais afectadas pela Indústria de Petróleo e Gás.
- Que a Assembleia da República crie o regime jurídico das comunidades locais, estabelecendo direitos e deveres.
- Que o Governo crie um órgão independente para a gestão e a execução das receitas das comunidades locais.

Referencias Bibliográficas

✓ **Legislação Aplicada:**

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, *Constituição da República de Moçambique*, in Boletim da República I SÉRIE nº 51, de 22 de Dezembro de 2004, Actualizada pela Lei no 1/2018, de 12 de Junho.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Lei nº 27/2014 de 23 de Setembro, *Lei que estabelece o regime específico de tributação das operações petrolíferas*, I série nº 76 de 23 de Setembro.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Lei nº 21/2014 de 18 de Agosto, *Lei dos Petróleos In Boletim da República*, I série nº 66 de 18 de Agosto.

✓ **Base Doutrinária:**

AENA, *Dinâmicas da canalização e gestão das receitas do Estado provenientes do sector extractivo destinadas ao desenvolvimento das comunidades locais*, s/ed., Mozambique Policy Brief, Maputo, 2018.

ALMEIDA, Filipe, *Ética, valores humanos e Responsabilidade social das empresas*, Editora Príncípia, Lisboa, 2010.

ANDRADE e SOUSA, Maria Eduarda de. *A exploração mineira e o reassentamento forçado em Moçambique: uma reflexão sobre a situação dos deslocados do desenvolvimento*. REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil, 2016.

ANDRADE, José Vieira, *Direito do petróleo*, s/ed., Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

ARAÚJO, Jorge, BLAKELEY, Amanda, *Responsabilidade Social das Empresas (CSR) no Sector Petrolífero em Angola*, Estudo de Assistência Técnica, Banco Mundial, Luanda, 2003.

BAUER, A.; Gankhuyag, U.; Halling, S.; Manley, D. and Venugopal, V. (2016b). *Natural resource revenue sharing*. *Natural Resource Governance Institute*, 2016.

BERTICELLI, I.A. *Etnometodologia: um estudo introdutório*. s/ed., v. 1. Rev. Editora Pedagógica, Rio de Janeiro, 1998.

CÁCIO, António, *A história dos Tributos no Brasil. Publicação do Sindicato dos Agentes Fiscais do Estado de São Paulo*. Editora SINAESP, São Paulo, 2000.

CARLOS, Américo Fernando Brás, *Impostos: Teoria Geral*, s/ed., Editora Almedina, Coimbra, 2015.

CARRAZZA, Roque António, *Curso de Direito Constitucional Tributário*, 16ª ed., Editora Malheiros, São Paulo, 2014.

CARVALHO, Paulo de Barros, *Curso de Direito Tributário*, 22ª ed., Editora Saraiva, 2010.

CASACA E CORREIA (coord.) et al., *Dicionário de Gestão*, s/ed., Escolar Editora, Lisboa, 2014.

CATARINO, João Ricardo, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, 2.ª edição, Editora Almedina, Coimbra, 2014.

COELHO, Francisco Pereira; et al, *Manual do Direito de Petróleo*, s/ed., Faculdade de Direito de Coimbra-Instituto Jurídico, Coimbra, 2014.

COELHO, Sacha Calmon Navarro, *Curso de direito tributário brasileiro*, s/ed., Editora Forense, Rio de Janeiro, 2005.

COELHO, Sasha Calmon Navarro, *Curso de direito tributário brasileiro*, 16ª edição, Forense, Rio de Janeiro, 2018.

DE ALMEIDA JÚNIOR, João Baptista. O estudo como forma de pesquisa. In: CARVALHO, Maria Cecília M (Org.). *Construindo o saber: técnicas de Metodologia Científica*, Editora Papirus, Campinas, 1988.

FARIA, Edimur Ferreira de, *Curso de direito administrativo positivo*, 5ª ed., Editora Del Rey, Belo Horizonte. 2004.

FAVEIRO, António Duarte, *Noções Fundamentais de Direito Fiscal Português – Introdução ao Estudo da Realidade Tributária, Teoria Geral do Direito Fiscal*, Vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 1984.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio, *A ciência do direito*, 2ª ed., Editora Atlas, São Paulo, 1980.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle, *Estudos de direito tributário*, Editora Malheiros, São Paulo, 1996.

FILHO, José dos Santos Carvalho apud Luiz Carlos Branco, *Equidade Proporcionalidade e Razoabilidade*, RCS Editora, São Paulo, 2006.

GARCIA, Maria Glória, *Estudos sobre o Princípio da Igualdade*, s/ed., Editora Almedina, Coimbra, 2005.

GIL, António C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*, Editora Atlas, São Paulo, 1991.

GODOY, Arnaldo Moraes, *Notas sobre o direito tributário na Grécia Clássica*. *Revista de Informação Legislativa*. Ano 36, n. 142, Senado Federal, Brasília, 1999.

GONÇALVES, Francysco Pablo Feitosa, *a função social do tributo: a necessidade de uma abordagem sociológica da tributação*, s/ed., Editora LTR, São Paulo, 2014.

GONÇALVES, José Sidnei. *“Tributação e desenvolvimento económico: aspectos gerais da metamorfose dos sistemas tributários”*. *Informações Económicas*, v.25, SP, São Paulo, 1995.

HARADA, Kiyoshi, *Direito Financeiro e Tributário*, Editora Atlas, São Paulo, 2007.

KÖCHE, José Carlos, *Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa*, 4ª ed., rev. e ampl, Editora Vozes, Petrópolis, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 6ª ed., 5ª reimp. Editora Atlas, São Paulo, 2007.

LEONEL, Vilson; MOTTA, *Alexandre de Medeiros. Ciência e pesquisa*, 3ª ed., UnisulVirtual, Palhoça, 2011.

LOPES, Cidália Maria da Mota, *Quanto custa pagar Impostos em Portugal?* Editora Almedina, Coimbra, 2008.

LUCCHESI, Rodrigo Dambros, *Regimes Fiscais de exploração e produção de petróleo no Brasil e no Mundo*, s/ed., Editora LTR, Rio de Janeiro, 2011.

MACHADO, Hugo de Brito, *Curso de Direito Tributário*, 27ª ed., Editora Malheiros, São Paulo, 2006.

MACHADO, Jónatas E. M. e COSTA, Paulo Nogueira, *Curso de Direito Tributário*, 2ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2012,.

MACUACUA, Edson Da Graça Francisco, *Direito do Petróleo e do Gás em Moçambique*, s/ed., Editora Escolar, Maputo, 2019.

MAPISSSE, Inocência, MATE, Rui, *Um Olhar ao 8º Relatório da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva*, CIP, Maputo, 2020.

MAPISSSE, Inocência, MATE, Rui, *Um Olhar ao 8º Relatório da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva*, CIP, Maputo, 2020.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria, *Metodologia do Trabalho Científico*, 7ª edição, Revista e Ampliada, Editora atlas, São Paulo, 2010.

MARTINS, E.C; SANTOS, G.L. *Epistemologia qualitativa, fenomenologia e pesquisa-acção: diálogos possíveis*, v. 9, n. 3, Filosofia e Educação, São Paulo, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes, *Finanças Municipais*, s/ed., Revista dos Tribunais, São Paulo, 1979.

NABAIS, José Casalta, *o dever fundamental de pagar impostos*, s/ed., Editora Almedina, Coimbra, 2004.

NETO, João Salvador dos Reis. *a tributação e a teoria de justiça de john rawls: planeamento tributário e justiça social*, s/ed., Editora Rosa, Rio de Janeiro, 2016.

NICÁCIO, António, *Primórdio do Direito Tributário Brasileiro*, s/ed., Editora LTr, São Paulo, 1999.

PAULSEN, Leandro, *Curso de Direito Tributário Completo*, 6ª Edição, rev. atual, Editora Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2014.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho académico*, 2ª ed., Editora Feevale, Novo Hamburgo, 2013.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL (Brasil). *Sistema tributário nacional. Programa Nacional de Educação Fiscal*, PNEDF, Brasília, 2004.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, S., *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Editora Gradiva, Lisboa, 2008.

RIBAS, Ruy Tadeu, *Adopção de métodos científicos como componente metodológica*, s/ed., v. 1, Editora JLP, Rio de Janeiro, 2014,

RIBAS, Ruy Tadeu, *Adopção de métodos científicos como componente metodológica*, s/ed., v. 1, Editora JLP, Rio de Janeiro, 2014.

SABBAG, Eduardo, *Direito Tributário Essencial*, 7ª ed., Editora Forense, São Paulo, 2020.

SEIXAS, Luiz Felipe Monteiro, *Regulação económica no mercado de capitais e na indústria do petróleo e gás natural*, s/ed., Editora Edufersa, Mossoró, 2021.

SILVA, Edson Luís Da, *Um convite à cidadania*, s/ed., Editora Leonora, Porto Velho, 2003.

SITTA. E. I et al. *A contribuição de estudos transversais na área da linguagem com enfoque em afasia*, s/ed., vol. 12, Rev. Editora CEFAC, São Paulo, 2010.

TEIXEIRA, João Pedro Braga, *Gás Natural: o energético mais competitivo*, s/ed., Editora PoD, Rio de Janeiro, 2015.

TORRES, Ricardo Lobo, *Curso de Direito Tributário e Financeiro*, 20ª ed., rev. atual., Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2003.

VÍTOR, Manuel Santos; ROCHA, Ana Oliveira, *Petróleo e Gás em Moçambique: Upstream e Midstream*, s/ed., MGA e PLMJ, Lisboa, 2010.

WATY, Teodoro, *Introdução ao Direito Fiscal*, s/ed., W e W Editora, Catembe, 2002.

YAZBEK, O, *Regulação do mercado financeiro e de capitais*, 2ª Edição, Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2009.

✓ **Artigos de Internet:**

AIM, *Governo regulamenta critérios de alocação das receitas às comunidades locais*, s/ed., Editora Agencia de Informação de Moçambique, Maputo, 2023. Acesso: 29-06-

2024, <https://aimnews.org/2023/05/31/governo-regulamenta-criterios-de-alocacao-das-receitas-as-comunidades-locais/>

CDD, *Moçambique deve rever em alta a percentagem de 2,75% a favor das comunidades afectadas pelos projectos da indústria extractiva*, s/ed., Editora Centro para Democracia e Direitos Humanos, Maputo, 2021. Acesso: 20-06-2024, <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/07/Mocambique-deve-rever-em-alta-a-percentagem-de-275-a-favor-das-comunidades-afectadas-pelos-projectos-da-industria-extractiva.pdf>

CIP, *Alguns Desafios na Indústria Extractiva em Moçambique*, s/ed, Centro de Integridade Pública, Maputo, 2008, pág. 08. Acesso em 24 de Abril de 2024, Disponível em: https://www.iese.ac.mz/lib/saber/ind_1.pdf

MUCANZE, Nelson Alberto, *investimento direto estrangeiro em moçambique: aspectos positivos e negativos*, Universidade Estadual Paulista, Dissertação de Mestrado em Economia, São Paulo, 2016. Acesso: 15 de Maio de 2024, Disponível em: <https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/economia/4023.pdf>

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, *Moçambique altera a sua lei mineira e petrolífera*, s/ed., Editora Ministério da Economia e Finanças, Maputo, 2022. Acesso: 20-06-2022, <https://pae.gov.mz/mocambique-altera-a-sua-lei-mineira-e-petrolifera/>